

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO BRASIL: PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

Leila Bijos*

RESUMO

Reflexão sobre a posição do Brasil como potência regional e sua importância junto aos países da América do Sul, tanto em termos de política externa, integração regional, como no que concerne às recentes experiências de programas estruturantes. O objetivo do governo brasileiro é integrar os Estados sul-americanos visando promover oportunidades de aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países-membros e projetar internacionalmente a região num contexto de mundo multipolar. Especificamente, o Governo brasileiro tem participado de todas as cúpulas internacionais fomentando a política externa, e internamente, com o fortalecimento de programas econômicos e sociais, visando a redução da pobreza endêmica que assola o país, fruto de um modelo liberal implantado na América Latina, que levou a população a níveis cada vez mais agudos de pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: *Integração e Globalização. Políticas Públicas e Sociais. Direito Internacional.*

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the Brazilian strategic foreign policy and its leadership towards South American countries. Due to continuously efforts Brazil has been building regional alliances, participating of all international summits, helping neighbours nations in terms of peace, security, and poverty alleviation. Success social programs in Brazil have been implemented such as *Bolsa Escola*, as a means of keeping poor children at regular schooling courses, providing health care and educational grants for families. Instead the citizens have registered specific gains in restricted areas such as the development of knowledge and social capital, as well as employment, housing improvement, potable water, sewage and sanitation facilities, which were provided for habitat programs subsidized by Governmental Accelerated Development Program (PAC). There is still much work to be done to overcome its serious social challenges and tap its extraordinary economic potential.

KEY WORDS: *Globalization and Integration. Public and Social Politics. International Law.*

* Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), e da Universidade de Tsukuba University, Japão; e professora do Mestrado *Stricto Sensu* em Direito Internacional Econômico e Tributário da Universidade Católica de Brasília. Coordenadora do Laboratório de Política Internacional. Email: lbijos@ucb.br

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. ALADI – ALALC: DÉCADA DE 1950**
- 3. Comunidade Andina**
- 4. MERCOSUL**
- 5. CASA E UNASUL**
- 6. ALCA**
- 7. Movimentos sociais no hemifério sul**
- 8. Nações sul-americanas: um legado de opressão, domínio e violência**
- 9. O interesse recente pela integração econômica**
- 10. União Européia**
- 11. Regionalismo e crise financeira internacional**
- 12. Interesses norte-americanos no hemisfério sul: questões energéticas**
- 13. Segurança estratégica na América Latina**
- 14. Conclusões finais**
- 15. Bibliografia**

1. Introdução

Há uma mudança estrutural da inserção do Brasil num contexto de política externa. Os debates atuais centram-se nas alianças regionais, no fortalecimento da democracia participativa, em políticas de exportação, negociações comerciais internacionais para eliminar barreiras protecionistas e subsídios que penalizam as exportações dos países menos desenvolvidos, principalmente os produtos agrícolas. As relações comerciais e econômicas deverão se aprofundadas enfatizando-se os programas sociais, com inclusão social e combate à pobreza. Discute-se, ademais, a globalização, a instabilidade política e as perspectivas futuras para 2010-2020.

A América Latina é a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos, conforme infere Pinheiro Guimarães¹. Essa estratégia se faz presente em termos de seu relevante potencial econômico e político. Do ponto de vista estatístico são 17 milhões de quilômetros quadrados, 400 milhões de habitantes, representando cerca de 70% de toda a América Latina e 6% da população mundial, com integração lingüística, em que povos de língua portuguesa e espanhola se comunicam e convivem de forma amigável. Destacam-se enormes riquezas em recursos minerais e energéticos – petróleo e gás – pesca, agricultura e pecuária, no entanto, é necessário pensar nas assimetrias inerentes desta divisão política.

À América do Sul atribui-se a centralidade da democracia no hemisfério, o que permite a consolidação dos processos de integração, apesar do caráter diferenciado de cada país e sub-região. Na verdade, a América Meridional comporta uma diversidade de espaços que se distinguem claramente do ponto de vista físico-geográfico: o Prata, A Amazônia, os Andes, as Guianas. Verifica-se que a base conceitual de cada uma dessas sub-regiões está assentada nos processos associativos, tendo o binômio democracia-integração como pilares fundamentais.

A responsabilidade do Brasil como indutor do crescimento econômico e promotor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento social na região é um marco da política externa brasileira desde a época do Império, prevalecendo durante a República, de forma imutável, num ambiente de intenso relacionamento com seus vizinhos, excetuando-se as ações militares no Prata e a guerra do Paraguai durante o século XIX². A região do rio da Prata teve preeminência na política exterior brasileira durante o século XIX. Intensificando-se durante o século XX, em razão do desenvolvimento industrial e agrícola brasileiro nas regiões sul e sudeste, o que tornava a região da bacia do Prata o principal centro de gravitação da política externa na América do Sul, sem nos esquecermos da

¹ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. *Quinhentos anos de periferia*, Porto Alegre-Rio de Janeiro Ed. da Universidade/UFRGS – Editora Contraponto, 1999, p. 99, apud: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 51.

² SANTOS, Eduardo dos. América do Sul, palestra apresentada na **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), p. 1.

intensificação do diálogo com os países amazônicos a partir da década de 1970³.

A história pontua a diretrizes formuladas pelo Ministro das Relações Exteriores no período 1902-1912, na pessoa do Barão do Rio Branco, marcadas por atenções diretas e permanentes com as nações sul-americanas.

Os vínculos com os países sul-americanos foram impulsionados e aprimorados continuamente, através de soluções de arbitragem, ou negociação de tratados bilaterais, no que tangia aos problemas territoriais e de fronteiras inerentes ao início do século XX.

Dentre os tratados mais relevantes ressaltam-se o Tratado da Bacia do Prata, firmado em 1969, e o Tratado de Cooperação Amazônica, concluído em 1978, ambos representando dois instrumentos importantes com objetivos específicos para a integração física, o desenvolvimento harmônico da nossa política sul-americana.

2. ALADI – ALALC: Década de 1950

Tanto o Tratado da Bacia do Prata, como o Tratado de Cooperação Amazônica foram dois instrumentos que constituíram a pedra basilar para a complementação de outros esforços de integração econômica, que já haviam sido propostos, e que já estavam sendo envidados pelos Chefes de Estado da América do Sul, desde a década de 1950. Esses acordos econômicos se mostram importantes, a partir de acordos tarifários existentes entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, que precisavam ser adaptados após a criação do Acordo sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Em uma perspectiva histórica, ressalte-se a iniciativa da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que visava criar um mercado entre os países andinos. As duas iniciativas foram fundidas e criou-se, com o Tratado de Montevidéu, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), na qual foi incluído o México.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), constituída em 18.02.1960, pelo Tratado de Montevidéu, compreendia os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALALC objetivava: (i) a ampliação das dimensões dos mercados nacionais, através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intra-regional; (ii) o melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis; (iii) a contribuição para o incremento do comércio dos países latino-americanos entre si e com o resto do mundo, através do fortalecimento das economias nacionais; (iv) a busca de fórmulas de adaptação do comércio recíproco.

Havia sido estipulado um prazo não superior a 12 anos, contados a partir da entrada em vigor do Tratado, para a eliminação gradual das tarifas e demais restrições que pudessem prejudicar, de qualquer maneira, o intercâmbio entre os países participantes. Posteriormente, esse prazo foi prorrogado até 31 de dezembro de 1980, pelo chamado “Protocolo de Caracas”. Os instrumentos

³ Idem, p. 2.

básicos da ALALC eram: (i) as *listas nacionais*, onde eram inscritos os produtos para os quais cada país concedia redução de gravames para a sua importação dentro da Zona, em conformidade com as negociações anuais; (ii) a *lista comum*, contendo os produtos cujos gravames e outras restrições à importação seriam eliminados dentro da Zona, por todos os países-membros, até 31 de dezembro de 1980; (iii) as *listas especiais*, onde eram registradas as concessões tarifárias aos países de menor desenvolvimento econômico relativo (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai), concessões essas não extensivas aos demais países da Zona; (iv) os *acordos* de complementação, incluindo os produtos de um determinado setor industrial, cuja complementação do respectivo processo industrial os países-membros desejassem facilitar mediante concessões tarifárias para o comércio recíproco.

As cláusulas do Tratado especificavam que qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que se aplicasse por um dos membros da ALALC em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país (inclusive países-membros), era imediata e incondicionalmente estendido ao produto similar originário de ou destinado ao território dos demais países-membros. Tal fato devia-se à existência, no Tratado, da chamada “*cláusula de nação mais favorecida*”.

Cada país-membro possuía sua Lista Nacional, significando, pois, que as Listas Nacionais poderiam diferir no que se referisse aos produtos nelas contidos e no grau de redução dos gravames. Assim, se a Argentina concedesse isenção de direitos para importação de um determinado produto conveniente de um país associado isto não significava que os demais associados seriam obrigados a conceder essa isenção. Cada um deles tinha plena liberdade de decidir a respeito, podendo conceder a isenção ou uma redução de gravames, ou, ainda, não conceder regalia alguma. Todavia, a Argentina era obrigada a estender a regalia à importação de produto similar proveniente de outros países da ALALC. Isto em virtude da aplicação da “*cláusula de nação mais favorecida*”, já mencionada.

Os produtos eram classificados nas Listas Nacionais de acordo com a Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), adaptada às necessidades da ALALC, surgindo, daí, a sigla NABALALC. Ao lado do nome dos produtos, encontravam-se indicados os gravames que os oneravam quando provenientes dos países da zona e de terceiros países. A diferença entre os gravames e as restrições existentes para a importação de um produto originário de terceiros países e os vigentes para a importação desse produto quando originário de um país da Zona recebia o nome de *margem de preferência*.

Na *Lista Comum* deveriam ser inscritos os produtos cujos gravames e outras restrições à importação seriam eliminados por todos os países associados até 31 de dezembro de 1980. Esta Lista seria elaborada em quatro etapas, de modo que, no final da Quarta, a *Lista Comum* deveria conter todos os produtos considerados essenciais ao intercâmbio entre os países associados e que poderiam, a partir daquela data, ser importados sem qualquer pagamento de

direitos aduaneiros e sem estarem sujeitos a restrições de qualquer natureza. Apenas a primeira etapa da *Lista Comum* chegou a ser cumprida, em 1964. Daí por diante, dificuldades de toda a ordem impediram a negociação das etapas seguintes daquele documento.

Nas *Listas Especiais*, eram incluídos os produtos para os quais eram concedidas vantagens de natureza tarifária, com o objetivo de beneficiar os países de menor desenvolvimento econômico relativo (Paraguai, Bolívia, Equador e Uruguai). Tais concessões não eram extensivos aos demais países da ALALC. Nesses casos, portanto, não se aplicava a “*cláusula de nação mais favorecida*”.

Dentre os resultados positivos da ALALC, a etapa inicial de 1962 a 1969, foi a mais positiva, até que com o decorrer do tempo, sérias divergências surgiram e o número de concessões a serem incluídas nas *Listas Nacionais* foi diminuindo sensivelmente a partir de 1970, fazendo que perdessem, virtualmente, sua condição de instrumento principal destinado a concretizar a idéia da *zona de livre comércio*.

No desenvolvimento dos trabalhos da ALALC, duas posições divergentes foram se definindo: (a) a posição *comercialista*, preconizando que a ALALC deveria conservar seu caráter predominante de instrumento para incrementar o comércio entre os países participantes; (b) a posição *desenvolvimentista*, enfatizando a transformação da ALALC com o objetivo de incluir formas mais avançadas de integração. A diferença básica entre as duas concepções era a de que a primeira insistia na integração através da liberação progressiva e seletiva dos gravames, enquanto a segunda recomendava, além de um programa automático de liberação, a unificação das políticas em determinados setores e a instituição de uma programação industrial conjunta que levasse em conta os interesses regionais.

A tese *desenvolvimentista* foi adquirindo mais força, em grande parte como resultado das dificuldades crescentes com que se defrontava a liberação do comércio dentro da área, culminando, em 1969, com a criação do Grupo Andino e a assinatura do Protocolo de Caracas. Porém, a situação da ALALC, longe de melhorar, passou a tornar-se mais difícil. Quanto às novas providências recomendadas pelo Protocolo de Caracas, diversas reuniões e negociações tiveram lugar a partir de 1974. Todas elas, porém, foram infrutíferas.

Dentre os fatores negativos da ALALC, citam-se os seguintes: (a) instabilidade política em diversos países participantes, dificultando as negociações e o bom entendimento entre os governantes⁴; (b) existência de um zelo exacerbado pelo espírito de soberania nacional, impedindo uma cooperação maior entre os países-membros, esquecendo-se do princípio básico de que para obter vantagens é necessário também oferecê-las; (c) ausência de uma autoridade supranacional que pudesse impor aos participantes da ALALC o cumprimento

⁴ Durante longos períodos vários países componentes da ALALC estiveram sob regime de ditadura militar, conforme nota de RATTI, B. *Comércio Internacional e Câmbio*, 9ª edição, São Paulo: Aduaneiras, 1997, p. 435.

fiel dos dispositivos do Tratado de Montevideu, além de resolver, de forma mais rápida e segura, os desentendimentos e pendências entre os países-membros; (d) existência, nos países da Zona, de indústrias similares, pouco complementares e de custos muito divergentes; (e) limitações derivadas de um esquema de integração baseado fundamentalmente em um mecanismo de desgravamentos tarifários.

Todos esses fatos contribuíram para que a situação da ALALC chegasse a um impasse, finalizando com sua extinção e substituição pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que iremos analisar mais adiante. Na década de 1980 a ALALC foi transformada em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A ALADI não teve preponderância na integração sul-americana, mas foi importante para estabelecer um quadro jurídico para estimular o aproveitamento de complementaridades econômicas. Quando o Brasil promoveu, no governo de Juscelino Kubitschek, a Operação Panamericana, havia uma preocupação com a política externa brasileira no continente, a coordenação de ações conjuntas, com as questões econômicas, que viriam formar, nos anos 1960 a Comunidade Andina, balizado pelo Acordo de Cartagena.

3. Comunidade Andina

A Comunidade Andina (CAN) compreende a Bolívia, o Chile (associados desde setembro de 2006), a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela, e, desde sua criação tem empreendido diversas iniciativas de revitalização da integração entre seus membros sob um esquema mais flexível do que no passado. A Comunidade Andina nasceu como alternativa ao problema de distribuição de custos e benefícios.

Há, atualmente, uma livre circulação de bens e serviços, que excedem US\$ 3,0 trilhões, maior do que a Alemanha, da ordem de US\$ 2,8 trilhões, em 2007, calculados com base na paridade do poder de compra⁵. O Brasil responde por mais de 55% deste PIB de US\$ 3,0 trilhões, conforme dados da CEPAL de 2008. Já o Produto Interno Bruto da Argentina, segunda maior economia da região, foi aproximadamente 20% do brasileiro, com US\$ 330 bilhões. Este valor é muito próximo do PIB venezuelano, a terceira maior economia da região⁶.

Há, no entanto, evidentes assimetrias entre os países sul-americanos com indicadores econômicos apresentando apenas seis países com PIB maior que 100 bilhões de dólares, respectivamente Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile e Peru. Estes países respondem por mais de 90% de toda a riqueza produzida na região, tendo o Brasil à frente com mais de 51% do PIB

⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 51.

⁶ COSTA, Darc. América do Sul: Desenvolver é Desconstruir Assimetrias, palestra apresentada na **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, p. 1.

da região, os cinco países seguintes responderão por 41% de toda produção da região⁷. Os dados estatísticos da CEPAL (2008) evidenciam o tamanho da população do Brasil frente aos outros países, com uma população de 192 milhões de habitantes, o que representou quase 50% da população total no continente. Darc Costa infere que “dentro deste grupo dos seis maiores países (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Peru e Venezuela), o percentual da população do Brasil diminui ligeiramente, porém, a participação dos demais países é exatamente a mesma da distribuição do PIB, 41%⁸. Em segundo lugar destaca-se a Colômbia, com 45 milhões de habitantes, Argentina, com 40 milhões de habitantes; Peru e Venezuela com pouco menos de 30 milhões de habitantes, seguindo-se Uruguai, Guiana e Suriname, com menos de 1% da população total da região. A esses países agrega-se Bolívia e Paraguai, com menos de 10 milhões de habitantes, e o Equador, com 13 milhões de habitantes⁹.

Estes dados espelham a importância geopolítica de cada país, e o destaque que o Brasil merece em termos de comércio com os demais países, US\$ 62,6 bilhões em 2008, com uma evidente expansão tanto no que se refere às exportações, US\$ 38,4 bilhões, como importações, US\$ 24,3 bilhões¹⁰. Em 2008 o comércio total da América do Sul se aproximou dos US\$ 990 bilhões, com a região registrando o superávit de US\$ 80 bilhões. Em termos de déficit comercial com o exterior, somente Colômbia, Uruguai e Paraguai tiveram desempenho negativo em 2008, enquanto Argentina, Brasil, Chile e Venezuela apresentaram superávits de mais de US\$ 10 bilhões. Estes países apresentaram comércio total acima dos US\$ 100 bilhões, onde o comércio brasileiro alcançou US\$ 380 bilhões, enquanto nos outros três países este ficou próximo de US\$ 120 bilhões¹¹. As cifras acima mencionadas destacam o comércio brasileiro num contexto de comércio regional, que ficou acima dos US\$ 62 bilhões, e o potencial de comércio significativo capaz de ser explorado pelo Brasil na América do Sul em uma integração bem sucedida.

4. MERCOSUL

O novo cenário da globalização por que passa todo o mundo, de acordos bilaterais para a otimização de recursos até a uniões aduaneiras e parcerias comerciais, todas essas formas de agrupamento de países acaba propiciando a formação de blocos de integração econômica, cujo objetivo maior é o de proporcionar um desenvolvimento sustentável, não mais como nação isolada, mas pertencente a um grupo de países que juntos, buscarão maximizar seus recursos disponíveis, para a melhoria da qualidade de vida de suas populações, além de vislumbrarem novos mercados consumidores para os seus produtos,

⁷ Idem, p. 2.

⁸ Ibidem, p. 2.

⁹ Idem, ibidem, p. 3.

¹⁰ MDIC, apud Darc Costa, op. cit., p. 4.

¹¹ COSTA, Darc, op. cit., p. 8.

e dessa forma intercambiar experiência e tecnologias nos mais diversos segmentos sociais. Novos temas foram pouco a pouco sendo incorporados à agenda da diplomacia brasileira na região, como questões sociais, cooperação técnica, comércio, investimentos, infra-estrutura de integração, energia, meio ambiente, defesa estratégica, turismo, ciência e tecnologia, combate aos ilícitos transnacionais, com ações tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

Esse panorama só fez acelerar processos de integração econômica que já existiam há mais de quarenta anos, e que agora começam a tomar novos impulsos, ditados pela nova ordem econômica mundial, como a constituição do Grupo do Rio, na década de 1980, quando Brasil, Argentina, Uruguai e Peru juntaram-se ao México, Venezuela, Colômbia e Panamá para respaldar esforços de paz na América Central, e dessa experiência surgiu o Mecanismo de Consulta e Concertação Política, originalmente integrado pelos oito países e, depois, ampliado com a inclusão de outros latino-americanos e caribenhos¹².

Um importante impulso que definiria novas linhas de concertação política foi, sem dúvida, as tratativas empreendidas pelos presidentes José Sarney do Brasil e Raúl Alfonsín da Argentina, que colimaram na assinatura do Tratado de Assunção em 1991, e o nascimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) nasceu da mudança de qualidade verificada no relacionamento entre o Brasil e a Argentina a partir dos anos 1980 e ganhou dimensão relevante à luz da consolidação das instituições democráticas, da estabilização econômica e da sua crescente articulação com o sistema internacional, como pontuado por Santos¹³.

Para que o MERCOSUL fosse implementado, Brasil e Argentina tiveram que superar suas controvérsias, principalmente no que tange às represas hidrelétricas do alto Paraná (Itaipu e Corpus). A partir de 1979, os dois países decidiram executar um Programa de Integração e Cooperação Econômica, voltado para critérios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio. Essa decisão política foi necessária pelo Brasil, que necessitava adquirir trigo e petróleo da Argentina, o que serviu como iniciativa para um esforço de complementação econômica.

O Tratado de Integração, Amizade e Desenvolvimento, firmado em 1988, evoluiu, com a participação do Uruguai e do Paraguai, colimando na assinatura do Tratado de Assunção, de 1991, que criou o MERCOSUL. O bloco passou então de zona de livre comércio para união aduaneira, em 1994, a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto. Numa zona de livre comércio os direitos (as restrições quantitativas) entre os países participante são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros; já numa união aduaneira, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união, é realizada a equalização dos direitos em relação ao comércio com países membros.

¹² SANTOS, Eduardo dos. *América do Sul*, op. cit., p. 3.

¹³ Idem, p. 3.

A integração do Cone Sul mostra uma interface atual, onde os meandros das negociações, nas quais a vontade política ou os dinamismos da sociedade deparam-se com oportunidades e dificuldades, como no passado, com crises financeiras que afetaram os países membros no final dos anos noventa, na virada do milênio; atualmente com a crise financeira internacional que abalou o cenário mundial no final de 2008.

Para que se assegure a superação das dificuldades de natureza econômica e comercial, faz-se necessário a concretização de metas voltadas para a saúde, a igualdade social, melhoria nos padrões educacionais, geração e distribuição de renda, em que os atores políticos deverão maximizar esforços direcionados à instrumentalização de planos de ação que imprimam uma convergência única e prioritária, para a construção efetiva do espaço de integração na América do Sul. Dentre os fatos relevantes que marcaram o desenvolvimento do MERCOSUL citam-se a reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília no ano 2000, o acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina concluído na cúpula de Presidentes que se realizou em Montevideu em dezembro de 2003, e a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL, em julho de 2006, como membro pleno com aprovação no final de 2009.

5. CASA E UNASUL

As iniciativas brasileiras e seus esforços para dinamizar o MERCOSUL, com o funcionamento pleno como união aduaneira, conduziu cada país membro a constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em dezembro de 2004, na cidade de Cusco, Peru. A primeira reunião de presidente foi realizada em Brasília, em setembro de 2005.

Em 2007, a Comunidade ganharia uma nova denominação União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, também, do Conselho Sul-Americano de Defesa. Os pressupostos basilares da UNASUL são atuar como líder propulsor da expansão econômica, social e política dos países membros, e projetar a região num mundo multipolar.

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi criada a partir de um Tratado Constitutivo do bloco sul-americano, formada por 12 Estados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A UNASUL visa acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países membros e projetar a região num mundo multipolar, conforme artigo seminal de Simões¹⁴. O Tratado Constitutivo da UNASUL lista os campos da concertação política, da energia, da infraestrutura, do comércio, do meio ambiente, das políticas sociais.

6. ALCA

Outros processos de integração, como a Área de Livre Comércio das Américas

¹⁴ SIMÕES, Antonio José Ferreira. UNASUL: a América do Sul e a construção de um mundo multipolar, palestra apresentada na **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), 13 páginas.

(ALCA), encontram-se estagnados, apesar da importância estratégica para os Estados Unidos, que priorizam a manutenção da hegemonia global. A ALCA foi proposta pelo Presidente George W. H. Bush em 27 de junho de 1990, como um empreendimento de iniciativa das Américas (*The Enterprise of the Americas Initiative* – EAI), com o objetivo de instituir uma zona de livre comércio desde Anchorage, no Alaska, até a Terra do Fogo.

Ao atentar-se para o conceito de integração, deve-se ter em mente que integrar significa a junção de várias partes num todo. Nesse sentido, integração econômica pode ser definida como um processo e uma situação. Como processo refere-se a medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais, como magistralmente conceituados por Bela Balassa. Apesar das tentativas de seus sucessores, William J. Clinton (1993-2001), e George W. Bush (2002-2009), a proposta da ALCA não saiu do papel, principalmente devido aos baixos índices de desenvolvimento dos países andinos, e a deterioração das condições de vida de seus habitantes, principalmente os camponeses, de origem indígena.

7. Movimentos Sociais no Hemisfério Sul

A história da América Latina se nos apresenta como uma região de diversidades étnicas e culturais, que suscita questionamentos acerca das profundas desigualdades sócio-econômicas e uma contínua instabilidade, intercalada por regimes democráticos e autoritários.

As condições geográficas mostram profundas diferenças na Bolívia, Chile e Peru, com a Cordilheira dos Andes estendendo-se pelo sudeste da América do Sul, retratando o Brasil com uma costa Atlântica de 8 mil quilômetros de extensão, e o Norte tendo a floresta Amazônica como divisa com os países vizinhos¹⁵. Dos desertos do México, às terras férteis dos pampas argentinos, de um Brasil com dimensões continentais, apresentando climas variados, que vão do árido no Nordeste ao frio e úmido no Sul. Com climas tropicais nas Ilhas do Caribe e terras férteis na Argentina.

Em todas as nações continentais fala-se a língua espanhola, com exceção do Brasil, cujo idioma é o português e algumas ilhas do Caribe, onde se fala o Francês, o Inglês e o Holandês. Nos Andes, o Quéchua, o Aymara, o Guaraní, o Uru, o Puquina e outras línguas indígenas. Os contrastes são os mais variados, com três grupos raciais básicos – os indígenas nativos, os brancos europeus e os negros africanos. Desta miscigenação formou-se uma sociedade com contrastes díspares, entre ricos e pobres, áreas urbanas e rurais, pessoas cultas e analfabetas, “coronéis” poderosos donos de latifúndios, “caudilhos” e fazendeiros, empreendedores e simples camponeses, favelados e vendedores ambulantes.

Situando-se na condição atual da Bolívia, que teve sua inserção com um modelo

¹⁵ Entre os países vizinhos destacam-se: as três Guianas: Guiana, Suriname, Guiana Francesa; a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia.

de governo republicano, depara-se com uma região esgotada por uma exaustiva guerra, uma profunda depressão econômica, que iria passar seus primeiros anos de vida sob uma estagnação econômica, que duraria mais de meio século¹⁶. Numa análise histórica, em 1780, o líder indígena Tupac Amaru II, reportando-se como descendente dos Incas, comandou uma revolta, com uma armada de 80.000 homens, que lutaram brutalmente durante dois anos, irrompendo insurreições que se alastraram por todo o sul do Peru e da Bolívia. Esta revolta foi o prenúncio dos movimentos em prol da independência do país no século dezoenove¹⁷. Desde esta primeira luta, a Bolívia vivenciou uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas, que perpassaram todo o século dezoenove, até sua independência do Alto Peru, em 6 de agosto de 1825 (*Audiencia de Charcas*). Para o resto do mundo, no entanto, a Bolívia não passava de uma região mística, habitada por hordas de agricultores indígenas, com um imenso tesouro em ricas minas, que representavam uma valiosa casa de ricos.

A criação das novas repúblicas na América do Sul propiciou uma nova era para o sistema mercantilista, com barreiras tarifárias impostas de um país para o outro, e também como proteção aos comerciantes ingleses. A cessão de laços íntimos com o Peru levou a uma séria crise no crédito, afetando o comércio exterior, com custos proibitivos no setor de transportes. A decadência no setor mineiro, durante este período, inseriu o governo republicano no mais negativo contexto econômico. Como suas divisas com o comércio internacional decresceram, as autoridades governamentais foram forçadas a contarem primordialmente com a manipulação da moeda, com a monopolização das minas de prata e com a exportação. Com a queda das taxas de exportação, sem o ímpeto de um comércio exterior expansivo, a solução se voltou para as crescentes taxas de impostos, que foram aplicadas nos estados mais avançados da região, tornando a taxa bolíviana incrivelmente regressiva, apresentando um constrangimento negativo no comércio e na produção. Um ciclo de declínio, repressão, restrições financeiras e descapitalização marcou o estabelecimento do governo republicano, que por sua vez, não se sentia capaz de contornar a falta de capital, o talento, ou os recursos de um pesado e deficiente governo imperial, para resolver as crises da produção local.

A destruição das minas, dos forjadores de metais na guerra da independência, a monopolização governamental da cunhagem de moedas e as exportações afetaram sensivelmente os lucros, resultando numa série de fatores que levaram à crise da indústria mineira¹⁸.

O governo reformista de Antonio José Sucre, estabelecido no princípio do ano de 1825, e que vigorou até abril de 1828, foi um modelo para a América Latina, por sua administração profícua, por suas idéias republicanas ardentes,

¹⁶ KLEIN, Herbert S. *Historia General de Bolivia*, Segunda Edición, La Paz, Bolivia, Libreria Editorial "Juventud", 1984, p. 101.

¹⁷ SKIDMORE, Thomas E., SMITH, Peter H. *Modern Latin America*, 3rd Edition, Oxford University Press, Inc., Oxford: 1992, p. 29.

¹⁸ KLEIN, op. cit., p. 101.

por tentar prover as instituições de um governo verdadeiramente representativo e democrático. Seu governo levou a cabo uma reforma séria nas relações entre as massas indígenas e a população de língua espanhola, em favor dos primeiros. Aliou-se a Simón Bolívar, com a intenção de tirar o país do espectro de uma economia devastada, na tentativa de reorganizar a indústria mineira. Sem recursos financeiros ou subsídios do governo espanhol, decidiu, em agosto de 1825, pela nacionalização de todas as minas que estavam abandonadas, convocando os capitalistas internacionais para reabrir estas minas.

Como todas as suas tentativas falharam, embora fosse um líder popular e um hábil comandante militar, Sucre viu-se, finalmente, diante de uma situação ingovernável, que o levou à renúncia, depois de dois anos e meio de governo, e ao exílio voluntário em sua cidade natal Caracas¹⁹.

O término do governo de Sucre não significou um fim aos regimes liberais e reformistas, ou uma corrida para uma era de anarquia, como acontece em algumas repúblicas quando seus governantes deixam o poder. Seu sucessor foi Andrés Santa Cruz, um importante líder militar, nascido em La Paz, de pai espanhol e mãe Quéchua. Suas primeiras ações foram a criação de uma ordem social, política e econômica, garantindo à Bolívia dez anos de paz.

Como Santa Cruz era uma figura dominante na Bolívia, envolveu-se com ações no Peru, e em 1836, criou a “*Confederación Peruboliviana*”, tornando-se um líder regional no norte e no sul do Peru; e na Bolívia. Em 1839 seu governo chegou ao fim, sendo vencido pelo General José Miguel de Velasco, um chileno que assumiu o controle do novo estado independente. As crises do governo continuaram durante o período de 1841 a 1880, até a década de 1990. De 1950 até o início da década de 1980, uma sucessão de governos tentou tirar o país de um escopo de pobreza, através de medidas políticas estruturalistas, incluindo-se uma reforma agrária em 1952, a nacionalização das minas no mesmo ano, a nacionalização das reservas naturais de gás em 1965, além de controles intensivos da taxa de câmbio e de outros “preços-chave”. A não ser através da entrada compulsiva dos petrodólares em 1970, no entanto, a economia boliviana não respondeu aos mais diferentes estímulos. Além disso, o governo não fez o menor esforço para adaptar-se ao colapso da demanda mundial e do investimento externo, no início da crise econômica internacional da década de 1980, que não fosse a imposição imperialista de mais controles nos preços. A consequência foi uma retração da nação após um programa de reajuste estrutural, lançado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional em 1981. Essa retração traduziu-se em seis anos consecutivos de crescimento econômico negativo, a partir de 1981, um *déficit* do orçamento do setor público alcançando o patamar de 21% da renda nacional em 1984; e como consequência direta da decisão de financiar este *déficit*, com a ajuda da mídia, uma das mais altas hiperinflações dos tempos modernos, que atingiu seu pico a uma taxa anual de 24.000% em agosto de 1985²⁰.

¹⁹ KLEIN, *ibid.*, p. 111.

²⁰ MOSLEY, Paul. Microfinance and Poverty in Bolivia, *The Journal of Development Studies*, Vol. 37, No. 4, London: April 2001, p. 101-132.

O principal impacto da recessão econômica dos anos 80 no mercado de trabalho ocorreu na contração dos rendimentos reais dos trabalhadores, fortemente corroídos pelas altas taxas de inflação. Em termos ocupacionais, o principal problema da década de 1980 esteve mais associado às questões como qualidade da ocupação do que com relação à quantidade de postos de trabalho gerados, tendo em vista que a maior parte do ajuste era feita através da variação salarial ou da expansão da informalidade²¹.

As instituições locais comunitárias bolivianas mais tradicionais e antigas são as rurais. Os sindicatos agrários têm como objetivos principais, gerenciar os recursos do grupo social e defender os interesses das comunidades. Esta cultura cívica fundamenta-se numa série de filiações apolíticas, que geram atitudes positivas em direção a outras pessoas, um sentido de confiança social, exercendo um papel democrático significativo.

O panorama sócio-econômico da Bolívia mostra-a como uma das nações de renda per capita mais baixa na América do Sul, abaixo de US\$ 2 mil, conforme dados do Banco Mundial (2008), uma expectativa de vida de 61 anos, com uma taxa de mortalidade infantil alta, uma em cada dez crianças morre de diarreia, desidratação ou desnutrição²². Sua evolução política apresenta uma sociedade criada por conquistas imperiais e adaptações indígenas, uma nação dominada pelos povos ‘campesinos’ de origem pré-colombiana, imersa em lutas nacionalistas e revolucionárias.

A estabilidade econômica instituída durante o Governo do presidente Hugo Banzer, nem posteriormente no Governo do *aymara* Evo Morales, líder dos *cocaleros*, cujo partido *Movimiento Al Socialismo*, não contribuiu para diminuir os índices de pobreza em que a comunidade vive desde épocas remotas, com mais da metade da população (63%) de origem indígena²³ apesar de ter vencido o magnata da mineração Sánchez de Lozada, em disputa presidencial.

Os movimentos indígenas na Bolívia inserem-se num escopo mais amplo de insurreições indígenas que grassaram toda a América Latina, que tiveram início com violências políticas que irromperam na forma de golpes de estado, assassinatos, movimentos armados, intervenções militares e revoluções sociais; como no exemplo do México em 1910 e da própria Bolívia em 1952. Contudo, muitos aspectos da sociedade tradicional sobrevivem, com exceção da “Revolução Cubana” em 1959. O continente latino-americano apresenta-se como um amálgama de encontros ideológicos que incorporam o liberalismo, ora se desviando para o positivismo, o corporativismo, o anarquismo, o socialismo, o comunismo, o fascismo e as pregações religiosas de várias seitas, que definiram claramente a intensidade e a violência dos conflitos.

²¹ BIJOS, Leila. **Mulher e Desenvolvimento: O Programa de Microcrédito para as Mulheres no Setor Informal Urbano – 1980 – 2002** - Estudo de Caso: Brasil – Bolívia, p. 60.

²² BIJOS, Leila, op. cit., p. 60.

²³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 55.

Na Argentina, por exemplo, a crise financeira forçou o país a suspender o pagamento da dívida externa, em meio a uma aguda crise social e política, que provocou um colapso no sistema bancário, com retiradas financeiras em massa, o que levou a uma pauperização dos cidadãos, evidenciada no alto desemprego, no aumento da informalidade e processos de imigração em direção a países de língua espanhola. O campo de ação estendeu-se às ruas, através de lutas democratizantes que se estenderam em protestos não só em relação ao sistema político, mas também como demandas para o pleno desenvolvimento econômico, social e cultural, voltado para a erradicação de desigualdades sociais, uma vez que o modelo norte-americano implantado conduziu o país a um catastrófico fracasso²⁴.

Na verdade, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia, como no exemplo da obstrução da implantação da ALCA, realizada pelo Brasil, com o apoio da Argentina. Em 2008, já com as finanças saneadas durante o governo de Cristina Kirchner, a Argentina apresentou uma renda per capita próxima de US\$ 8 mil, superando ligeiramente a renda per capita brasileira. A renda per capita do Chile é superior à argentina e brasileira, alcançando a cifra de US\$ 10 mil, enquanto o Equador contrasta com Argentina, Brasil, Chile e Venezuela, apresentando uma renda per capita de US\$ 3,8 mil.

Os fatos históricos e os dados estatísticos acima apresentados demonstram que as nações sul-americanas viveram imersas em regimes ditatoriais opressores, que com seu domínio e violência deixaram um legado de assimetrias e uma situação de subdesenvolvimento presente até a época atual, como será discutido no próximo capítulo.

8. Nações sul-americanas: um legado de opressão, domínio e violência

Politicamente, das vinte e seis nações latino-americanas, grandes ou pequenas, os regimes variam de experiências militares ditatoriais, regimes eleitorais democráticos, e o regime socialista de Fidel Castro em Cuba, que recentemente transferiu o comando para Raúl Castro. Na acepção de Skidmore e Smith²⁵, através da história moderna os latino-americanos têm procurado, com grande ou pouco zelo, alcançar uma independência política e econômica que os liberte dos poderes coloniais, imperiais ou neo-imperiais. Os autores enfatizam, com ironia ácida, que a frase “América Latina” foi cunhada pelos

²⁴ Ver o artigo de Paul Krugman “Crying with Argentina”, publicado no *The New York Times*, NY, 01.01.2002, apud ”MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 55.

²⁵ SKIDMORE, Thomas E., SMITH, Peter H. *Modern Latin America*, 3rd Edition, Oxford University Press, Inc., Oxford: 1992, p. 5.

franceses na metade do século dezenove, porque pensavam que sua cultura, como América espanhola e portuguesa, era o “Latim” (por ex., a língua falada era o Românico [*Romanicus*]), e que a França estava destinada a assumir a liderança do continente.

Sugerem, ademais, que a América Latina é uma região de fácil categorização, como um jovem continente que teve a sua conquista iniciada pelos espanhóis e portugueses em 1492, criando uma nova ordem econômica e social, baseada na dominação, na hierarquia e na mescla de europeus, africanos e elementos indígenas. A partir de movimentos anti-coloniais, a maioria dos países conseguiu sua independência dos regimes espanhóis e portugueses no início do século dezenove.

O panorama da independência e autonomia nacionalistas evidencia que muitos países continuaram dependentes e subordinados, aceitando a interferência da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos da América, como uma suprema comodidade para os governos soberanos. Como países ricos em recursos naturais não conseguiram explorar de forma independente e soberana suas minas de ouro, prata, cobre, ferro, reservas petrolíferas, reservas de gás natural, café, cana-de-açúcar, soja e frutas tropicais, embora a reminiscência da riqueza permaneça visível e latente.

Como interpretar a América Latina do ponto de vista teórico? Cientistas sociais norte-americanos formularam na década de 1960 uma “teoria da modernização” para explicar que o crescimento econômico geraria mudanças sociais que tornariam possível um cenário político imbuído de políticas “desenvolvimentistas”. No entanto, a transição de uma sociedade rural para urbana iria proporcionar uma mudança nos valores. As populações nativas iriam naturalmente iniciar um processo de relacionamentos e participação em organizações voluntárias, surgidas autenticamente sob o signo de uma verdadeira democracia. O mais importante neste contexto, seria uma classe média que emergiria para exercer papéis tanto progressistas, quanto moderados. Na verdade, com este panorama potencial, os cidadãos da América Latina não se mostrariam tão inerentemente “diferentes” da Europa e da América do Norte, mas seriam simplesmente cunhados de “atrasados”. Os adeptos da modernização concluíram, de forma precipitada, que os registros históricos já mostravam claramente este processo em andamento na América Latina.

Equivocadamente, os historiadores continuaram a descrever a América Latina à luz da teoria da modernização, atendo-se aos índices desenvolvimentistas das décadas de 1960 e 1970, que alcançaram altas taxas de crescimento no México e no Brasil, mas com uma distribuição de renda desigual. As diferenças nos níveis de vida entre as áreas urbanas e as zonas rurais aprofundaram-se. A habilidade do capital doméstico em competir com as poderosas empresas transnacionais declinou consideravelmente, impedindo os governantes de seguirem com as predições otimistas dos teóricos da modernização. Os especialistas internacionais buscavam respostas aos seus questionamentos nas origens culturais da América Latina, como nações colonizadas por portugueses

e espanhóis, com uma herança antidemocrática, sem representatividade partidária, seguindo normas arcaicas do mundo católico romano e mediterrâneo, que embora enfatizasse as necessidades de harmonia, da ordem e da eliminação do conflito, participava de alianças com os conquistadores, apoiando-os em seus métodos governamentais e em suas ações políticas.

Um segundo grupo de pesquisadores aceitou a “teoria da modernização” (Abraham, 1980; Apter, 1965; Black, 1967; Eisenstadt, 1966; Lerner e Schramm, 1967; Tipps, 1973; Rogers, 1967), alencando-a as causas sócio-econômicas, analisando os pontos altos e baixos das crises políticas, dos regimes intervencionistas, rotulando a América Latina como um continente qualitativamente diferente da América do Norte e da Europa Ocidental. Entre estes teóricos, encontravam-se Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto com a sua “teoria da dependência”, mostrando o caráter intrínseco de um “desenvolvimento dependente”, gerando desigualdades, alocando benefícios para os setores participantes do mercado mundial e negando-os aos outros grupos. A análise descreve os processos de dependência, principalmente quando os países possuem somente um produto nacional como fonte de exportação, como o café ou o açúcar. Como existe uma elite de proprietários de terras, de fazendeiros, de plantadores, que trabalham em conjunto com os comerciantes da área de exportação e importação, geralmente estrangeiros, para venderem os produtos no mercado internacional, os negócios e os lucros se mantêm restritos a estes grupos. Este processo está relacionado com a importação de bens de consumo de alto custo, com mercadorias adquiridas na Europa e nos Estados Unidos. Com uma vantagem absoluta, os importadores remetem os lucros para seus países de origem. O capital auferido, necessariamente, não será investido no país em desenvolvimento, nem contribuirá para alavancar a economia local, criando uma situação denominada de “crescimento sem desenvolvimento”.

Os proponentes da “teoria da dependência” enfatizam ademais, que uma economia dependente conduzirá o país a um cenário político autoritário, uma vez que as desigualdades regionais se intensificarão, a disparidade na distribuição de renda se acentuará, os trabalhadores no campo e nas cidades continuarão a receber baixos salários, criando um clima de alto risco, de movimentos populares, de paralisações, sem visibilidade internacional.

Historicamente, quando os europeus chegaram à América Latina, encontraram três importantes civilizações: os Maias, os Astecas e os Incas. A civilização Maia ocupava toda a península sul do México, e parte do que é hoje a Guatemala, num império que teve início por volta de 500 A.C.. As mais famosas invenções deste grupo encontram-se no campo cultural, na arquitetura, escultura, pintura, escrita hieroglífica, matemática, astronomia e cronologia (incluindo-se a invenção do calendário). Normalmente organizados em uma série de cidades-estados, algumas com populações que excediam a 200.000 habitantes, pacificamente organizados.

Com a expansão social e econômica, o vale central do México, tornou-se mais tarde, o império Asteca, que teve como uma de suas principais cidades

Tenochtitlán, construída por volta de 1345, no lugar onde se encontra a contemporânea Cidade do México. Depois de sucessivas e ferozes batalhas, para controlar todo o espaçoso vale do México, criaram um poderoso império, que se encontrava no seu apogeu quando Cristovão Colombo aportou em praias caribenhas. Os Astecas eram notáveis em sua organização militar, na destreza das construções de suas cidades, e tinham uma sociedade rigidamente estratificada. Na base inferior da pirâmide encontravam-se os escravos, e no topo a nobreza hereditária. A educação, o casamento, e o trabalho eram meticulosamente programados, enquanto a economia estava desenvolvida em bases comunitárias. Apesar da centralização da autoridade, os estados conquistados nas áreas vizinhas, não eram incorporados ao império, e seus cidadãos eram tratados como vassalos, com responsabilidades de pagamento de tributos e, alguns, recebiam permissão para manterem um estado de guerra constante com seus vizinhos. A razão deste estado de guerra era que a religião dos Astecas requeria sacrifício humano, e os prisioneiros de guerra podiam ser usados para os rituais de sangue. Os Incas, com seu império de mais de 4.800 quilômetros quadrados ao longo da Cordilheira dos Andes, do Norte do Equador, através do Peru, até o Sul do Chile, expandiram seu território nos primórdios dos anos de 1400, até a chegada dos espanhóis em 1532. A expansão colonial espanhola deu origem a vários vice-reinos, na Nova Espanha: México, Nova Granada: Colômbia, Vice-Reino do Peru, Vice-Reino de La Plata (Uruguai, Paraguai e Argentina); e a América Portuguesa: Brasil.

Como a estrutura econômica dos vice-reinados espanhóis estava baseada na teoria mercantilista, que deveria ser reforçada pelo poder e o prestígio do Estado, calculado nos lingotes de ouro e prata, os impérios anteriormente existentes foram subjugados, oprimidos e dizimados. As populações indígenas tiveram suas redes sociais tradicionais destroçadas, seus símbolos religiosos destruídos, e suas terras mais férteis convertidas em pastos para o gado. Doenças tais como, varíola, caxumba e a gripe espanhola “influenza”, resultaram numa calamidade demográfica, que destruíram os padrões do casamento e a estrutura familiar.

Os ajustes econômicos e as políticas neo-liberais na América Latina forçaram a população a buscar moradia e trabalho na periferia ou subperiferia, num contexto de economia dependentista, que produziu grandes desigualdades, não só entre os países, inclusive entre as classes, mas também entre homens e mulheres. A dependência deteriorou o status das mulheres, limitando suas oportunidades de trabalho no setor formal da economia, uma vez que os empregos eram tipicamente oferecidos aos homens, relegando-as ao setor informal não remunerado, e com um número cada vez maior de filhos. A fertilidade cresceu nas periferias, devido à posição sócioeconômica inferior das mulheres em relação aos homens, por causas não determinadas como a ausência de controle sobre a fertilidade; ou porque os filhos são necessários como mão-de-obra na lavoura, ou ainda como uma segurança durante a velhice.

A estrutura de classes está composta de capitalistas e trabalhadores

assalariados sem propriedade. Este sistema de classes também inclui os produtores de pequenos produtos, que controlam os seus próprios meios de produção, mas que não necessitam contratar o trabalho de outras pessoas, numa estrutura moderna que apresenta uma crescente classe média especializada e/ou com trabalhadores profissionalmente certificados. Estas transformações conduziram os países a uma desregulação, à destruição de sistemas embrionários de bem-estar social, principalmente no que se refere ao contexto de “desenvolvimento com equidade”, que foi transferido pelos organismos internacionais para uma ênfase no setor privado, na suficiência econômica, em políticas austeras orientadas para a exportação e ajustes estruturais econômicos²⁶.

O que se verificou com o avanço do capitalismo nos países periféricos e as políticas de ajuste econômico foi um impacto negativo da globalização sobre o emprego formal dos cidadãos, a evidência cada vez mais crescente de salários menores, posições subalternas e menos compensatórias, tanto para homens como para mulheres. O crescimento recente dos níveis de pobreza tem sido associado ao processo de urbanização, predominantemente nas regiões mais pobres da América do Sul, tais como Bolívia, Equador, Paraguai, Peru, no Nordeste do Brasil; e países como Guiana e Suriname.

A valorização da sociedade civil, o redimensionamento das negociações comerciais externas, a necessidade de coordenação e de respostas comuns em face dos desafios crescentes da ordem internacional, enfim diferentes estímulos e motivações são requisitos importantes para a revitalização das experiências de integração regional, vivenciadas a nível global.

9. O interesse recente pela integração econômica

Os fenômenos do regionalismo e da regionalização adentram o contexto do Direito, ao atentar para as questões territoriais, que se relacionam a regiões não baseadas em Estados, em Estados-territoriais, que apresentam diferentes tamanhos e composição. Na verdade, trata-se de uma busca de um ideal que surgiu naturalmente porque os diferentes estados apresentavam não apenas diferenças “constitucionais” – no sentido moderno do termo -, mas diferenças profundas, fundamentais, de caráter e finalidade moral²⁷. Embora os Estados formalmente sejam iguais, eles diferem em capacidades (*capabilities*). Para Waltz, é destas diferenças de capacidade que surge a interdependência. Na perspectiva neo-realista, a integração - termo utilizado para se referir a interdependência em cenários organizados - entre as nações poderia trazer benefícios para toda a humanidade²⁸. O essencial é não se restringir às fronteiras dos Estados. As

²⁶ BIJOS, Leila. **Mulher e Desenvolvimento: O Programa de Microcrédito para as Mulheres no Setor Informal Urbano – 1980 – 2002 - Estudo de Caso: Brasil – Bolívia**, p. 15.

²⁷ Para Aristóteles essas diferenças mais profundas eram também constitucionais, porque a constituição representava o objetivo moral do Estado, a sua maneira de existir (“Bios tis”). BARKER, Sir Ernest. **A Teoria Política Grega – Platão e seus Predecessores**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978, p. 25.

²⁸ WALTZ, Kenneth N. in KEOHANE, Robert O. **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

regiões se apresentam como unidades subnacionais ou supranacionais que oferecem diferentes modalidades de organização e colaboração. Dentre os exemplos dessa modalidade, citam-se os Estados da Comunidade Britânica (*Commonwealth*), os países Islâmicos, ou mesmo os países do “Sul” agrupados em alguma coalização de cooperação e coordenação e não apenas Estados assentados numa base geográfica contígua²⁹.

Os processos de integração surgiram logo após a Segunda Guerra Mundial e ficaram conhecidos como *regionalismo fechado*, voltados para um protecionismo estratégico. Tornavam-se primordiais os acordos para evitar a guerra e proteger as áreas econômica, política e militar, na Europa, América do Sul e Ásia.

A segunda modalidade de regionalismo, surgida no início dos anos 1990, ficou conhecida como *regionalismo aberto*, e espelhava o triunfo do capitalismo liberal sobre o socialismo real. As nações foram instadas a abrirem suas economias através do bloco, e a trabalharem de forma cooperativa. O modelo de *regionalismo fechado* que se inicia em 1950, se revitaliza nos anos 1990 com o *regionalismo aberto* e assume o formato contemporâneo da União Européia.

Para que a União Européia se formalizasse foi necessária a elaboração de um conjunto de políticas que coordenassem estratégias e promovessem a cooperação entre atores Estatais e/ou não-Estatais na região³⁰.

10. União Européia

Do ponto de vista histórico, é importante ressaltar que, de acordo com Bela Balassa³¹, no século XX não se criaram uniões aduaneiras significativas até ao fim da segunda guerra mundial, embora tenham sido feitas várias tentativas para integrar as economias de alguns países europeus. Todos esses projetos não se concretizaram devido a problemas políticos. O mais interessante que um fato hoje considerado como vergonhoso na história mundial é que deu origem a um certo grau de integração econômica, durante a segunda guerra mundial, quando – no âmbito da política alemã de *Grossraum* – os nazis procuraram integrar, do ponto de vista econômico, a Alemanha com os países satélites e os territórios ocupados. Isto nos leva a aceitar a tese de Balassa, de que a integração econômica surgiu como uma forma de expansão imperialista.

Logo após a segunda guerra mundial, alguns países começaram a interessar-se pelos problemas de integração, começando com a Europa. Na Europa, a união aduaneira e mais tarde a união econômica dos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a Comunidade Européia do Carvão e do Aço

²⁹ RAMOS, Leonardo, MARQUES, Sylvia Ferreira & JESUS, Diego Santos Vieira de. *A União Européia e os Estudos de Integração Regional*, Belo Horizonte: Del Rey, 2009, p. 6.

³⁰ FAWCETT, Louise. Exploring Regional domains: a comparative history of regionalism. In: *International Affairs*, 80 (3), 2004, p. 429-446, *apud* . RAMOS, Leonardo et. al., *op. cit.*, p. 6.

³¹ BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1991.

(os países do Benelux, a França, a República Federal da Alemanha e a Itália), a Comunidade Econômica Européia (Mercado Comum), que foi estabelecido em 1 de janeiro de 1958 entre os países da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Ao mesmo tempo, estes países criaram a Comunidade Européia da Energia Atômica (EURATOM), para o aproveitamento da energia nuclear; e a Associação Européia de Comércio Livre (os Sete), que foi estabelecida em julho de 1960 entre a Áustria, a Dinamarca, a Grã-Bretanha, a Noruega, Portugal, a Suécia e a Suíça. Em março de 1961 a Finlândia entrou como país associado. Todas essas associações são manifestações deste movimento. Bela Balassa (1961) também ressalta que, foram feitos planos para o estabelecimento de uma zona de comércio livre que abrangesse os países do Mercado Comum e dos Sete, mas as negociações dos anos 1957-1960 não foram bem sucedidas.

No que concerne a criação e consolidação da União Européia (UE), os objetivos de caráter político tiveram grande importância. O fato de se evitarem futuras guerras entre a França e a Alemanha, a criação de uma terceira força na política mundial e o estabelecimento da Europa Ocidental como uma potência mundial são freqüentemente mencionados como objetivos políticos que a integração econômica serviria. Muitos analistas, no entanto, encararam como objetivos primários e relegaram para segundo plano as considerações de ordem econômica. A realidade nos mostra que os motivos políticos podem levar ao primeiro passo para a integração econômica, mas esta também atua na esfera política; do mesmo modo, se os motivos iniciais são econômicos, a necessidade de uma unidade política pode surgir mais tarde.

A aproximação comercial entre os países membros é de vital importância para o sucesso de um movimento de integração, que impulsiona a economia e fomenta políticas de desenvolvimento num contexto macro. A assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, conferiu uma nova dimensão à construção européia. A União Européia passou a estruturar-se fundamentada em três pilares: o de cunho econômico, conhecido como *Assuntos Comunitários*, e os de cunho político, como o *European Single Act* e a *Cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Domésticos*.

Como modelo de sucesso, a União Européia comemorou em março de 2007 o 50º aniversário do Tratado de Roma, que estabeleceu o mercado comum europeu e instituiu a chamada Comunidade Econômica Européia. O Tratado de Maastricht possibilitou a realização de uma União Econômica e Monetária e a partir de 2002 a moeda única – Euro, que entrou em circulação em todos os países membros, com exceção da Dinamarca, Suécia e Inglaterra. A assinatura do Tratado de Maastricht culminou com a concessão de benefícios alfandegários aos países parceiros, com a substituição da produção nacional pela produção proveniente dos países membros, a custos mais baixos, o que gerou um novo fluxo de comércio entre eles, o que possibilitou o aumento significativo do fluxo de comércio preexistente. Esse processo é denominado de

criação e desvio de comércio³²

A União Européia na atualidade está com 27 membros, assim como novos temas foram incorporados. O alargamento da União Européia só é possível em virtude do artigo 49 do Tratado de Maastricht, cujo texto especifica que, qualquer Estado europeu, que respeitar os princípios da liberdade, democracia, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, assim como o Estado de direito, pode se candidatar a membro da União.

11. Regionalismo e Crise Financeira Internacional

A evolução da União Européia deve ser levado em consideração quando se compara duas esferas isoladas: a Comunidade Andina e o MERCOSUL. O papel protagonista da UE nos estudos de regionalismo traz ao mundo uma realidade de que os problemas entre nações podem ser dirimidos em prol de uma causa maior.

Ao analisarmos a Comunidade Andina e o MERCOSUL, verificamos que “as relações entre os países naqueles dois blocos não foram capazes de criar uma realidade de integração efetiva como na União Européia”³³. Outro exemplo relevante foi o evidente fracasso de implantação da ALCA, que forjou uma mudança de tática por parte dos Estados Unidos, conclamando os países da América do Sul, América Central e Caribe a firmar acordos de livre comércio e abrir seus mercados. Nas palavras de Moniz Bandeira,³⁴ “instrumentalizando tanto o *Central America Free Trade Agreement* (CAFTA), nos entendimentos com os países da América Central, como o *Andean Trade Preference Act* (ATPA), com que o Congresso expandiu, em 2008, o *Andean Trade Promotion and Drug Erradication Act* (ATPDEA), para as negociações com Peru, Colômbia, Bolívia e Equador.

Problemas à parte, os assuntos vão sendo claramente colocados à mesa de discussões, em reuniões de ministros responsáveis pelas mais diversas áreas de governo, e vão aos poucos sendo internalizados em cada país, em cada sociedade, reforçando a consciência coletiva não apenas quanto aos benefícios da integração, mas também quanto aos seus custos, como é o caso do G-20.

Os processos multilaterais de integração mantiveram em 2009 uma tendência expansiva com a criação do G-20, cujos chefes de estado se reuniram nas cúpulas realizadas em Washington (novembro de 2008), Londres (abril de 2009) e Pittsburgh (setembro de 2009).

O G-20 foi criado como foro de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais por iniciativa dos Estados Unidos da América e, por conseguinte, com o aval dos demais membros do G-7 ao final dos anos 1990, na esteira das

³² BAUMANN, Renato, CANUTO & GONÇALVES, *Economia Internacional: teoria e experiência brasileira*, Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 110.

³³ SIMÕES, Antonio José Ferreira. *UNASUL: a América do Sul e a construção de um mundo multipolar*, op. cit., p. 3.

³⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 57.

crises cambiais e de balanço de pagamentos do México (1994) da Ásia (1997) e da Rússia (1998)³⁵.

Ao examinar-se a conjuntura internacional, é possível verificar que o mundo atual caminha para uma transição de hegemonias, com a progressiva retirada dos Estados Unidos, pós-crise econômica, com o surgimento e o fortalecimento de blocos regionais de poder e de desenvolvimento, que mais cedo ou mais tarde virão substituir a única polaridade norte-americana.

Os países emergentes³⁶ se integram cada vez mais à economia mundial, e passadas as crises dos anos 90, apresentam-se como partícipes importantes para, numa ação conjunta, vencer a crise financeira.

O objetivo do G-7 (França, Alemanha, Itália, Japão, Canadá, Reino Unido, Estados Unidos) era estabelecer um diálogo permanente com os países emergentes, a fim de discutirem padrões e normas para fortalecer seus sistemas financeiros. Além dos membros do G-7 e da presidência da União Européia, foram convidados a integrar o grupo África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia.

A partir dessas tratativas, o G-7 criou o Foro de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum – FSF*), composto apenas por países desenvolvidos com importantes centros financeiros, no qual se discutiram alternativas macroeconômicas para fortalecer os sistemas financeiros, conforme análise de Balduino³⁷. Faziam parte do FSF os países-membros do G-7, além de Austrália, Holanda, Suíça, Cingapura e Hong Kong, convidados por serem importantes praças financeiras. Em se tratando de um Foro de Estabilidade Financeira, várias organizações internacionais ou regionais, como FMI, Banco Mundial, BIS, OCDE, o Banco Central Europeu, juntaram-se ao grupo.

Como grupo central, o G-7 permitia que seus países tivessem três assentos cada, com representantes de seus bancos centrais, ministérios de finanças e comissões de valores mobiliários. Os demais países convidados só contavam com um assento.

Ênfase especial era dada aos países desenvolvidos, tanto assim que o Foro de Estabilidade Financeira passou a ser mais uma instância que se somou a outras existentes e das quais também participavam notadamente o Comitê de Basiléia sobre Supervisão Bancária, o Comitê Técnico da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) e o Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade (IASB).

A crise financeira dos Estados Unidos no segundo semestre de 2008

³⁵ BALDUÍNO, Luís Antonio. A Crise Financeira Internacional como Oportunidade para a Reforma da Arquitetura Financeira Internacional, palestra apresentada na **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), p. 2.

³⁶ A expressão surgiu no setor financeiro e denota aqueles países em desenvolvimento e as economias em transição (ex-socialistas) capazes de emitir títulos da dívida soberana nos mercados internacionais.

³⁷ Balduino op city.

mostrou a fragilidade econômica dos países desenvolvidos, que foram arrastados num turbilhão de eventos que exigia a ampliação das ações de política fiscal e monetária para frear a deterioração do quadro econômico; a definição de princípios, junto com um plano de ação para a reforma da regulação dos mercados financeiros; o compromisso com uma economia aberta para evitar a repetição da experiência do *crash* da bolsa nos anos 30 e a reforma da arquitetura financeira internacional, abrindo espaço para maior participação dos países emergentes nos mecanismos de tomada de decisão.

Acordou-se que seria necessário efetuar uma reforma abrangente nas instituições de Bretton Woods, que pudesse refletir a evolução dos pesos relativos dos países na economia internacional e reconhecimento de que os países emergentes e em desenvolvimento deveriam ter maior voz e representação.

Os países emergentes foram convidados a participar dos foros definidores de padrões financeiros, sendo demandada ao FMI uma revisão na sua composição, incluindo-se a redistribuição do poder de voto, que se estenderia também ao Banco Mundial. O FMI havia aprovado uma transferência de quotas em abril de 2008 e nova revisão estava prevista para 2013³⁸.

A crise financeira mostrou o enfraquecimento relativo dos países desenvolvidos e permitiu a aceleração de um processo de cooperação e integração com os países emergentes do G-20, permitindo a participação da Espanha e da Comissão Européia. No que tange ao Comitê de Basiléia, este passou a incluir os países emergentes do G-20 e Austrália. Brasil, China e Índia passaram a integrar o Comitê Técnico da IOSCO e o brasileiro Amaro Gomes, até então chefe do Departamento de Normas do Banco Central, foi eleito pela primeira vez para o Conselho do IASB.

Em abril de 2009 realizou-se a Cúpula do G-20, em Londres, com o objetivo de reverter as expectativas pessimistas dos mercados financeiros internacionais. A fim de aumentar a liquidez internacional e possibilitar a ajuda a países emergentes em dificuldades, os líderes do G-20 anunciaram a triplicação dos recursos do FMI para US\$ 750 bilhões, a emissão de Direitos Especiais de Saque pelo Fundo em US\$ 250 bilhões, a mobilização de US\$ 250 bilhões para o financiamento ao comércio e a instrução de que os bancos multilaterais de desenvolvimento deveriam ampliar seus empréstimos em US\$ 100 bilhões. O FSF foi transformado em Conselho de Estabilidade Financeira, com maior grau de independência, e ficou acordado que a transferência de poder de voto no Banco Mundial seria a partir de abril de 2010, e no FMI a partir de janeiro de 2011.

Em setembro de 2009 realizou-se a reunião de Pittsburgh, onde foi lançado o Marco para o Desenvolvimento Robusto, Sustentado e Equilibrado, um mecanismo de “*peer review*” entre os países do G-20 para assegurar que as estratégias de crescimento mundial sejam consistentes entre si e não provoquem desequilíbrios em seus pares. A reforma das instituições de Bretton Woods foi aprofundada, e o G-20 consolidou-se em nível de chefes de estado e governo,

³⁸ Idem, p. 5.

em substituição ao G-8, e sua designação como principal foro para a cooperação econômica internacional entre seus membros.

Em termos de perspectivas futuras, o G-20 de líderes cria uma nova instância permanente de atuação internacional para a diplomacia brasileira, referendada por Balduino³⁹, a qual demandará capacidade de articulação de posições no plano interno e flexibilidade de articulações no plano externo.

A partir dessas projeções, há evidências de que novos acordos comerciais venham também a ser assinados com os países da América Latina com o propósito de liberalizar e promover o intercâmbio entre eles, o que contribuirá para que se expanda consideravelmente seu comércio recíproco e, ao mesmo tempo, que se estabeleça uma maior coordenação de suas políticas macroeconômicas.

O sistema mundial moderno apresenta um quadro de recuperação financeira, com tendências expansionistas, em que cada estado procura aumentar seu poder e conquistar uma cota cada vez maior do chamado “poder global”.

Ao debruçar-nos sobre o estágio atual da globalização e do império norte-americano, embora desestruturado pela crise imobiliária que abalou este país, reportamo-nos à divisão central do Ocidente: a diferença de poder entre os EUA e a Europa, devido aos antagonismos e, por vezes, conflitos, gerando diferenças e perspectivas antagônicas. Essas questões levam-nos a uma estrutura global de poder que passa por uma transição de hegemonias, com uma possível quebra de unipolaridade, submetida à estratégia de crescimento da China. Desde 2003, o país asiático mais que dobrou as suas exportações para a América do Sul e a sua participação nas compras totais da região aumentou de 5,4% para 12,1%⁴⁰. Conforme assinalado por Costa, as importações do Brasil com origem na China aumentaram de US\$ 2,1 bilhões em 2003 para US\$ 20 milhões em 2008. Em 2003 a China representava 4,4% das importações totais do Brasil; em 2008, superou os 11,5% (em setembro de 2009, esta participação chegou a 12,2%). O que mais chama atenção nestes dados estatísticos é que, em 2009, no valor acumulado de janeiro a setembro, a China superou os Estados Unidos pela primeira vez, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil, com um total US\$ 27,25 contra US\$ 25,97 bilhões⁴¹.

O tópico que se segue apresenta uma visão histórica de relacionamento do Hemisfério Sul com os Estados Unidos da América e a necessidade de se envidar esforços para ampliar e fortalecer os países sul-americanos, a fim de que se possam garantir uniões crescentes e duradouras nas próximas décadas.

12. Interesses norte-americanos no hemisfério sul: questões energéticas

O Hemisfério Sul tem sido uma preocupação constante para o Governo dos Estados Unidos, pelas fontes de energia que existem nos Estados Andinos,

³⁹ Idem, p. 7.

⁴⁰ COSTA, Darc, op. cit., p. 13.

⁴¹ Idem, p. 14.

pela necessidade de garantir os suprimentos de petróleo oriundos do Equador e da Colômbia, que é atualmente o terceiro maior exportador de petróleo, com reservas abundantes, abaixo apenas da Venezuela e do México⁴². Além das questões energéticas, é preciso dirimir os focos de conflitos com líderes de esquerda e líderes nacionalistas, como é o caso de Evo Morales na Bolívia, que assumiu o poder em 2005, com Rafael Correa no Equador desde 2007 e, de forma mais acentuada, Hugo Chávez na Venezuela, que teima em firmar parcerias com a República Islâmica do Irã, com a República Popular da China, com Cuba, numa afronta aberta aos Estados Unidos da América, que por diversas vezes tentou tirá-lo do poder com a ajuda da CIA, como o frustrado golpe militar-empresarial, em abril de 2002, e as greves trabalhadoras da PDVSA, paralisando a produção de petróleo. Recentemente, no segundo semestre de 2009, Hugo Chávez ameaçou abrir guerra a Colômbia, que firmou um acordo de segurança estratégica com os EUA, aceitando bases norte-americanas no país para conter a atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Apesar dos embates com os formuladores da política externa dos Estados Unidos da América, as ações recentes mostram o esforço dos países latino-americanos para ocuparem posições estratégicas, que seriam colimadas com a criação de uma união aduaneira, com o fortalecimento das negociações e prováveis alternativas para a consolidação de ações no âmbito do MERCOSUL, assim como a incorporação de outros Estados Partes nas discussões e um melhor relacionamento com o continente africano e com os países asiáticos.

É do interesse da América do Sul trabalhar em bloco, absorver as lições bem-sucedidas dos países desenvolvidos e reformular seus objetivos para o período 2010-2020. Dentre estes objetivos inserem-se metas abrangentes que incluem programas para a aceleração do crescimento, investimentos maciços em habitação, saneamento básico, educação e saúde. Ressaltem-se, ademais, as questões energéticas, que têm a capacidade de gerar sinergias de grande impacto e que se ramificam por outras áreas, como a produtiva, a comercial, a econômica, e também a política. As tratativas que culminaram no Acordo Constitutivo da UNASUL tiveram início em dezembro de 2006, durante a II Cúpula da América do Sul, realizada em Cochabamba, quando foi assinada Declaração da Integração Energética Sul-Americana. Embaixador André Amado sublinha que “sem energia não há desenvolvimento, e as grandes disparidades no consumo energético per capita são reveladoras das mazelas sócio-econômicas enfrentadas pela maioria das nações em desenvolvimento”⁴³.

A América do Sul se notabiliza na produção de energia hidrelétrica, mostrando um crescimento expressivo de 30% entre 1996 e 2006, gerando hoje um excedente de produção de 6,5 quadrilhões de BTU. A região se notabiliza na produção de energia hidrelétrica, com 20,33% do total mundial, e responde por

⁴² BALDUÍNO, Luís Antonio, op. cit., p. 58.

⁴³ AMADO, André. Energia, palestra apresentada na **IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), p. 1.

9,01% da produção de petróleo (e apenas 4,99% do consumo mundial). A América do Sul possui 8,5% das reservas comprovadas totais de petróleo do mundo, além das reservas gigantescas de petróleo descobertas pelo Brasil na camada pré-sal e o petróleo extrapesado da Faixa do Orinoco, na Venezuela⁴⁴.

Como líder sul-americano, não só pelo seu gigantismo natural, mas pelas estimativas iniciais do pré-sal, que colocam as reservas brasileiras em 24 bilhões de barris, com estimativas otimistas de que esse número venha a crescer com o melhor conhecimento dos campos, o Brasil torna-se partícipe das discussões internacionais sobre questões energéticas, uma vez que soube planejar e construir uma das matrizes mais limpas e renováveis do mundo.

A insegurança energética global em virtude da concentração da produção de fontes primárias em algumas poucas regiões do mundo mostra a vulnerabilidade do modelo econômico das nações industrializadas, calcado no uso insustentável de fontes fósseis de energia, responsável pelo alarmante passivo ambiental do acúmulo de gases do efeito estufa, com graves repercussões para todo o planeta, o que pode gerar futuros conflitos internacionais.

A história nos apresenta os vínculos da humanidade com o processo de apropriação social da energia, e sua importância a partir do final do século 17, com a Revolução Industrial Inglesa, que se consolidou no final do século 18, seguida das Revoluções Americana e Francesa. A base energética da Inglaterra estava no aproveitamento do carvão, que aquecia a água e produzia vapor para acionar êmbolos e mover máquinas essenciais ao desenvolvimento econômico: teares, trens, navios. O desenvolvimento da produção capitalista estava ancorada nesta nova base técnica, que vai propiciar cada vez mais produtividade e utilizar-se de uma mão-de-obra assalariada, que se adaptava no meio urbano expulsa da zona rural.

No eixo desse desenvolvimento exponencial surgem novas descobertas que revolucionam as inter-relações entre para as nações: as telecomunicações, o gerador, o motor e transmissão elétricos e, principalmente, o motor de combustão interna. Sauer e Seger⁴⁵ chamam a atenção para esta fase de desenvolvimento, o motor movido inicialmente a combustíveis vegetais, em seguida, a gasolina e óleo diesel, derivados do petróleo, o moto de combustão interna substituiu os cavalos nas carruagens e deu origem à indústria automobilística, trazendo como inovação a linha de produção fordista. Ocorreu uma intensificação extraordinária da produção de bens e mercadorias, e da sua circulação e consumo, numa escala e velocidade sem precedentes, graças ao petróleo.

Os derivados do petróleo e a eletricidade, produzida a partir dos potenciais hidráulicos, do carvão e, também, do petróleo, tornaram-se a principal forma de energia do modo de vida urbano-industrial, que persiste até o presente. A universalização do acesso à energia e a abordagem cooperativa do tema são

⁴⁴ SIMÕES, Antonio José Ferreira. *UNASUL: a América do Sul e a construção de um mundo multipolar*, op. cit., p. 4.

⁴⁵ SAUER, Ildo e SEGER, Sônia. Energia: estratégia e poder, palestra apresentada na *IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), p. 1.

objetivos específicos de todas as regiões como vetores de integração mundial no século 21.

O sistema energético brasileiro teve início no século 19, a partir de iniciativas isoladas, privadas, baseadas em geração termina a óleo ou carvão e hidreletricidade, durante o Governo de D. Pedro II, que tinha uma visão modernista. A iluminação pública das grandes cidades brasileira, com a exploração do gás, obtida do carvão, foi uma das empreitadas do Barão de Mauá. Esta continuidade de mudanças políticas e tecnológicas contemplou o sistema hidrelétrico, ao longo do século 20, ocasião em que uma matriz energética foi se consolidando no país⁴⁶.

No Brasil, 46% da oferta total de energia provêm de fontes renováveis, em contraposição a 13% no mundo, e em torno de 6% nos países membros da OCDE⁴⁷. Com decisões estratégicas tomadas desde a década de 1970, o Brasil procurou aproveitar seu potencial hidrelétrico, com a construção de grandes usinas, com ênfase para a binacional Itaipu, o lançamento do Pró-Álcool, o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, e a prospecção de petróleo em alto-mar pela PETROBRÁS.

As perspectivas energéticas futuras incluem o aproveitamento hidrelétrico na Amazônia; o avanço da integração energética regional; a ampliação do programa de biocombustíveis; o domínio de ciclo do combustível nuclear em escala industrial e a construção de novos reatores; assim como a exploração dos vastos recursos do pré-sal.

Do ponto de vista da política externa brasileira, os seguintes pontos devem ser priorizados: (i) assegurar o acesso do País às fontes energéticas e às tecnologias necessárias para a diversificação de sua matriz; (ii) difundir junto aos demais países em desenvolvimento a bem-sucedida experiência brasileira com a produção e o uso sustentável dos biocombustíveis; e (iii) promover a integração energética da América do Sul⁴⁸.

O Brasil tem um potencial hidrelétrico que ainda não foi esgotado, e que responde atualmente por mais de 4/5 da capacidade instalada de geração, equivalendo a 182 GW a ser explorado futuramente, o que compreende o dobro da soma de todas as hidrelétricas hoje existentes no País. São muitos os projetos que se destacam como prioritários no território brasileiro, dentre eles a exploração do potencial energético da Amazônia, que responde por mais de 100 GW, no entanto, releva-se a importância ambiental da região. A fim de que se possa manter, nas próximas décadas, o tradicional peso da fonte hidráulica – limpa e renovável – o Brasil precisa aproveitar o seu potencial, firmando parcerias binacionais, como é o caso da futura usina argentino-brasileira de Garabi, no rio

⁴⁶ SAUER, Ildo e SEGER, Sônia. Energia: estratégia e poder, op. cit., p. 2.

⁴⁷ AMADO, André, op. cit, p. 1.

⁴⁸ O Embaixador André Amado ressalta que desde 2006, o Ministério das Relações Exteriores conta com uma unidade específica para tratar, em estreita articulação com os demais órgãos competentes do Governo brasileiro, dos principais desafios da política externa no domínio energético. Ver: AMADO, André. Energia, op. cit., 2.

Uruguai, assim como desenvolver projetos no Peru.

Muitas das projeções estão sendo analisadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a fim de que se possa utilizar o potencial hidráulico brasileiro para mais de 70% até 2030⁴⁹. A viabilidade destes projetos é objeto de discussões governamentais, para evitar que se incorra em aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Prospecções futuras a partir de 2030 indicam a necessidade de aumento substancial na geração nuclear, no âmbito do “Plano Nacional de Energia 2030”, como alternativa viável e desejável para a necessária expansão da capacidade geradora brasileira, com percentuais de incremento em 3%, o que pressupõe a entrada em operação de Angra 3, além do desenvolvimento e a construção de pelo menos quatro outros reatores nucleares. As reservas totais de urânio brasileiras equivalem a 309 mil toneladas, colocando o Brasil como detentor da sexta maior reserva de urânio em todo o mundo, ao lado dos Estados Unidos e da Rússia. O Brasil domina todo o ciclo de fabricação nuclear, com autonomia tecnológica e industrial, o que revela um impacto positivo no mercado internacional.

Para que se compreenda o processo de beneficiamento do combustível nuclear, é importante ressaltar que o urânio brasileiro é transportado em forma de *yellow-cake* até o Canadá, onde é convertido em gás (hexafluoreto de urânio), para em seguida ser transportado à Europa para ser enriquecido pela URENCO (consórcio empresarial de Reino Unido, Países Baixos e Alemanha).

A geração de energia nuclear brasileira é o resultado do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, firmado em junho de 1975, ocasião em que foi construído o reator de Angra 2, com a previsão de transferência de tecnologia nas áreas de construção de reatores e de produção de combustível nuclear (enriquecimento de urânio). A primeira usina nuclear entrou em operação comercial em 1985, com um reator a água pressurizada (PWR) Westinghouse de 657MW, Angra I, contratado dos EUA no formato “*turn-key*” (sem qualquer transferência de tecnologia). Em 2001, um reator PWR de desenho alemão com capacidade de 1.350 MW, foi conectado à rede.

Apesar das dificuldades encontradas, em face do repasse de tecnologia de enriquecimento de urânio adquirida dos alemães (*jet nozzle*), o Brasil procurou desenvolver, de forma autônoma, a tecnologia de enriquecimento de urânio a partir da ultracentrifugação, ainda na década de 1980. Os reatores de Angra 1 e Angra 2 formam hoje a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, operada pela Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás. Vencidas as barreiras iniciais, foi retomada a construção do reator de Angra 3 no mesmo local, com tecnologia e potência idênticas ao de Angra 2, com a aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em junho de 2007.

De acordo com previsões do CNPE, a usina de Angra 3 só deverá entrar em operação comercial em maio de 2015. Como planejamento estratégico, os próximos reatores nucleares no Brasil deverão formar a Central Nuclear do Nordeste (CNN),

⁴⁹ Idem, p. 3.

cuja entrada em operação está prevista para o início da década de 2020⁵⁰.

Para que o Brasil logre autonomia no processo de geração de energia nuclear, deverá fazer investimentos em pesquisa e tecnologia, implantar uma unidade de enriquecimento de urânio – fábrica de Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), localizada na cidade de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, trabalhar em conjunto com a Marinha do Brasil, para que forneça os equipamentos necessários para a montagem das linhas de enriquecimento, e investir em capital humano. De acordo com dados do Embaixador André Amado⁵¹, “essa unidade de enriquecimento deverá ter sua primeira fase concluída em 2012, quando a capacidade instalada será suficiente para suprir cerca de 60% do combustível consumido pelas usinas de Angra I e II”.

Outros investimentos deverão ser feitos para a geração de energia eólica e solar nos Estados do Nordeste e no Sul – e solar/fotovoltaica. Como o Brasil sofre com a inconstância dos ventos ao longo do dia e do ano, a geração de energia eólica é de menos de 1/3 da capacidade instalada (ou seja, a cada 100 MW instalados, produz-se, em média, cerca de 30 MW, o que é considerada uma proporção baixa, mesmo se comparada à das usinas hidrelétricas a “fio d’água”, com pouco ou nenhum reservatório⁵².

Devido ao baixo rendimento da população brasileira, a energia solar/fotovoltaica é considerada como um projeto de instalação muito caro para o padrão médio dos cidadãos. Outro ponto negativo a ser ressaltado, é que tanto a energia eólica quanto a solar/fotovoltaica são intensivas em capital, e dependentes de tecnologias importadas.

Essas barreiras tecnológicas só poderão ser vencidas a partir de novos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para que o Brasil possa competir em níveis internacionais, como deverá ocorrer num futuro próximo, em razão da descoberta da província do pré-sal, que se estende do litoral do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina, abrangendo uma área total de 112 km².

Dados estatísticos de 2008 mostram que as reservas brasileiras de petróleo e gás natural superaram 15 bilhões de barris, situando o Brasil entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.

As expectativas no que concerne à exploração do pré-sal mostram que a economia brasileira será fortalecida, o parque industrial e tecnológico nacional será ampliado, garantindo recursos necessários para fazer face a quaisquer crises mundiais que surjam num futuro próximo.

Do ponto de vista da soberania nacional, e para evitar conflitos internacionais, o Congresso Nacional deverá apresentar três inovações na formulação e na implementação das políticas públicas no setor energético: (a) o estabelecimento de novo regime de partilha de produção na área, sem afetar o marco normativo do modelo de concessão atual e os contratos de concessão já esta-

⁵⁰ Idem, p. 4.

⁵¹ Idem, p. 4.

⁵² Idem, p. 5.

belecidos; (b) a criação de nova empresa pública responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção e comercialização dos recursos; (c) a criação de um Fundo Social para gerir os recursos de forma mais adequada, permitindo investimentos de porte, em especial, em programas sociais, de educação, de ciência e tecnologia, de combate à pobreza.

No que se refere à produção e uso dos biocombustíveis, esta é a nossa segunda fonte primária de energia, contribuindo com cerca de 20% de toda a energia consumida, resultado de um programa de investimento em pesquisas há mais de 30 anos. O programa de etanol possibilitou a criação de centros de excelência para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, além de assegurar mandatos de consumo – toda a gasolina consumida no País possui de 20 a 25% de etanol adicionado. O etanol brasileiro tem sido um forte aliado na redução das emissões dos gases de efeito estufa (redução de mais de 800 milhões de toneladas de CO²), isto é, 90%, quando utilizado em substituição à gasolina, contribuindo, além do mais, para uma redução dos barris de petróleo. Desde a década de 1970, mais de um bilhão de barris equivalentes de petróleo já foram economizados, e na atualidade carros fabricados no Brasil já possuem o sistema *flex-fuel*, utilizando a combinação etanol e gasolina. O etanol brasileiro mostra-se extraordinariamente eficiente, pois, na acepção de André Amado, para cada unidade de energia fóssil utilizada em seu processo de produção, são geradas mais de 8 unidades de energia renovável, além da utilização do bagaço da cana para geração de eletricidade⁵³. E o biodiesel, o óleo diesel produzido a partir de vegetais, de 1 para 1. Além disso, hoje, o petróleo se produz ao custo de US\$1-10/barril. O seu valor no mercado oscilou nos últimos anos entre US\$60 e US\$150 o barril. Um excedente de mais de US\$50/barril.

As recentes experiências trazem à tona as perspectivas de ampliação da produção de bioenergia e alimentos, de acordo com padrões rigorosos e ambientalmente sustentáveis. Numa análise histórica de implementação do Pró-Álcool, de 1976 a 2006, verificou-se o aumento de produtividade da agricultura brasileira, com a produção de grãos saltando de 47 milhões de toneladas (então ocupando 37 milhões de hectares) para 121 milhões (em 47 milhões de hectares), em paralelo a um aumento da produção de etanol de 664 milhões para 17,9 bilhões de litros⁵⁴.

Estas expectativas consolidam a região como exportadora de energia e a insere no mapa geoestratégico mundial, com projetos futuros de grande envergadura, mas que devem incluir no seu bojo uma infraestrutura necessária com rodovias modernas, ferrovias, pontes, ligações aéreas e marítimas, comunicações, que abrangem, também, as questões de segurança estratégica, conforme abordado no próximo capítulo.

13. Segurança Estratégica na América Latina

Apesar da atual crise econômica global, que constitui fenômeno

⁵³ Idem, p. 7.

⁵⁴ Idem, p. 7.

complexo, e que deverá ser analisado extensivamente por longos anos, o cenário nos mostra a retomada incipiente da atividade econômica nos Estados Unidos e na Europa, com perspectivas de rearranjos da balança de poder mundial. O arrefecer do poder global dos Estados Unidos não demonstra a retirada dessa superpotência do tabuleiro de poder. Os Estados Unidos possuem interesses em todos os lugares do mundo, fazem-se ouvir em todas as cúpulas internacionais; e tendem a recuperar seu poderio até 2020, mesmo com a ameaça de crescimento da China.

O surgimento de “grandes potências regionais”, como a União Européia, Rússia, China, Índia e Brasil, mostra um quadro multidimensional de alianças, interesses e estratégias, em que os Estados-nação fundamentam seus interesses de forma abrangente, sem o elo dominador dos Estados Unidos.

Na última década o mundo assistiu a um movimento de forte aproximação entre os EUA e muitas dessas potências secundárias – fenômeno que ficou patente entre o final de 2002 e o início de 2003, quando elas se alinharam com os americanos no Conselho de Segurança da ONU. Apesar das tentativas de se manter o *status quo*, há muitas divisões transatlânticas, com problemas não solucionados e que carecem de uma reflexão mais aprofundada, como a questão do Iraque⁵⁵, a guerra no Afeganistão, os ataques dos grupos terroristas.

A guerra que os EUA, com o apoio de alguns aliados, levaram ao Iraque em 2003 e se prolonga indefinidamente no presente, tem-se agravado, mesmo com o enforcamento de Saddam Hussein e seus aliados mais diretos, mostrando que não é fácil implementar uma política democrática na região, quando não se respeita as raízes sócio-culturais e religiosas do povo. Os conflitos étnicos e armados constituem um exemplo clássico de que não se pode intervir de forma unilateral na soberania de um país. Os soldados americanos que conseguem sobreviver ao nível de *stress* que lhes é imposto por uma guerra onde não se pode identificar claramente o inimigo, estão desertando e retornando aos seus lares abalados psicologicamente.

Sendo uma guerra de iniciativa dos EUA, que não recebeu a concordância internacional, porque carecia de argumentos, no direito de legítima defesa, que foi desencadeada contra a integridade e contra a soberania de outro Estado, preenche todos os requisitos que tipificam uma guerra de agressão. Decidida unilateralmente, sem o apoio nem a cobertura do Conselho de Segurança da ONU, configura-se uma guerra ilegítima. Baseada na invocação de pretextos que se revelaram fraudulentos, existência no Iraque de armas de destruição massiva, nomeadamente armas nucleares e ligações do regime de Bagdad à Al Qaeda e que os responsáveis pelo seu desencadeamento sabiam serem falsos, é uma guerra amoral. De agressão, ilegítima e cínica pôde, apesar disso, contar com a impunidade e a passividade da comunidade internacional e da sua instância

⁵⁵ É interessante analisar o diálogo de Anthony Guidens com Samuel Huntington, onde ele reforça o argumento das divisões transatlânticas, e elenca os problemas residuais da Guerra Fria, tais como: o significado do Ocidente, a identidade da Europa, a questão da globalização, e o poderio militar americano em relação ao europeu, in: Folha de São Paulo – **O cisma do Ocidente**, 07.03.2004.

suprema, a ONU, porque foi da iniciativa da potência imperial que lidera o sistema global. Constituiu, assim, a manifestação mais genuína do poder do império mundial.

Em segundo lugar assumiu todos os ingredientes de uma ação preventiva. Os EUA não estavam convencidos de que ocorreria uma ameaça, de que haveria uma agressão iminente. Quando os observadores das Nações Unidas informaram que não havia qualquer sinal de agressão por parte do Iraque, que não dispunham de instalações militares no país ou em qualquer parte do mundo, ou que seus interesses vitais corressem perigo, os EUA não aceitaram, ignoraram os relatórios elaborados pelos técnicos, assim como a decisão da ONU e decidiram atacar o Iraque.

Por último, a guerra preventiva de agressão no Iraque inscreveu-se no cenário da contra-proliferação nuclear. Esse foi como já vimos um dos pretextos invocados e, aqui, nem interessa salientar a fraude que rodeou a sua formulação. Pretendia-se – ou dizia-se pretender – impedir o aparecimento de mais uma potência nuclear que pudesse vir a ser um novo instrumento de dissuasão que alterasse o atual desequilíbrio regional, ou seja, a proliferação horizontal. Só que tal foi feito por potências nucleares que sistematicamente violam o Tratado de Não Proliferação Nuclear na sua componente vertical e, beneficiando do poder de coação de que dispõem, usam a agressão para preservarem o *apartheid* nuclear. É a mais clara aplicação do princípio da contra-proliferação. Na verdade, os Estados Unidos sempre foram capazes de monopolizar o poder, até o limite do desaparecimento dos seus competidores⁵⁶.

Nesse cenário internacional de conflito e cooperação, de preparação para a guerra, e as próprias guerras, não impedem a convivência, a complementaridade e até alianças e fusões, entre os estados envolvidos nos conflitos. Infere-se que é impossível que algum “hegemon” possa ou consiga estabilizar o sistema mundial, como pensa a teoria dos “ciclos hegemônicos”. A própria potência hegemônica – que deveria ser o grande estabilizador, segundo aquela teoria – precisa da competição e da guerra, para seguir acumulando poder e riqueza. No seu ímpeto para expansão seus domínios, a potência hegemônica precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, num momento anterior, depois de alguma vitória. Os Estados Unidos vivem em 2010 o grande embate de reforçar seu esquema de segurança, depois da tentativa de atentado perpetrado pelo nigeriano Abdul Farouk Abdulmutallab, durante o voo 253 da Northwest Airlines, no dia 25 de dezembro de 2009. Abdulmutallab confessou ao FBI que atuou sob as ordens da rede terrorista Al-Qaeda, de Osama Bin Laden, tendo recebido treinamento no Iêmen. Com a ameaça elevada que este incidente representa para a comunidade internacional, as autoridades do Reino Unido, França, Itália, Espanha e Holanda colocaram seus aeroportos em alerta.

⁵⁶ FIORI, José Luís. Estados Unidos: O Mito do Colapso e os Limites do Poder, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico), p. 1.

Nesse sentido, reconhece-se, também, o esforço da América Latina e a Ásia do Pacífico em participarem ativamente do escopo de segurança estratégica internacional.

Na atual realidade sul-americana, as questões de segurança são predominantemente focadas na defesa, embora a guerra seja considerada como último recurso da política. O clima de beligerância exacerbou-se na América do Sul, depois que a Colômbia passou a receber ameaças diretas do Governo da Venezuela, no transcorrer do ano de 2009. As novas descobertas de reservas petrolíferas na Colômbia demandam investimentos maciços que contribuiriam para manter e elevar as exportações de petróleo, desde que haja investimentos substantivos na pesquisa e recuperação das áreas mantidas sob o controle das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). As bases militares fortalecidas a partir de um acordo tático com os EUA permanecem sob o controle e administração da Colômbia, mas concedem ao Pentágono o direito de usá-las, inclusive para executar “*non-drug missions*”. As negociações secretas entre Washington e Bogotá, tendo o presidente Álvaro Uribe como negociador principal de um lado e o presidente Barack Obama do outro, culminaram com a assinatura do acordo *Defense Cooperation Agreement* (DCA), em agosto de 2009. Através do DCA, as Forças Armadas dos Estados Unidos terão amplo acesso às três bases aéreas na Colômbia, localizadas em Palanquero, Apiay, na Amazônia (região fronteiriça com o Brasil conhecida como Cabeça de Cachorro), e Malambo; de duas bases do Exército, bem como de duas bases navais (Cartagena e Barranquilla), na costa do Caribe; e de uma base na baía de Málaga, na costa do Pacífico, perto de Buenaventura.

Essenovoordenamentointernacionalpropiciarámaissegurançaospaíses sul americanos, uma vez que o Plano Colômbia prevê dotações orçamentárias da ordem de US\$ 6 bilhões, dos quais os Estados Unidos participariam com US\$ 3,3 bilhões com a manutenção das bases militares, a compra de helicópteros e outros armamentos⁵⁷. Esse esquema de segurança desmobilizaria as forças revolucionárias colombianas, protegeria as empresas norte-americanas na região, debelaria os constantes ataques às empresas estrangeiras, e protegeria a população. Durante o ano de 2009 foram contabilizadas 19 mil ações ofensivas por parte do Exército, das quais resultaram 1.200 combates nos quais as FARC sofreram 2.844 baixas, incluindo 504 mortos, os demais foram capturados, se renderam ou desertaram⁵⁸.

Ao nos reportamos aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, inferimos que os atentados serviram para unir a sociedade americana em torno

⁵⁷ Moniz Bandeira argumenta que desde 1986 ocorreram mais de 900 incidentes causando perdas de mais de 2,5 milhões de barris de petróleo e, entre 1998 e 2008, as empresas estrangeiras e o governo da Colômbia tiveram prejuízos da ordem de US\$ 1 bilhão em consequência dos ataques efetuados pelos guerrilheiros das FARC e do ELN, *op. cit.*, p. 58.

⁵⁸ QUEIROZ, Sílvio. Colômbia: Bombardeio Mata 18 Guerrilheiros, *Jornal Correio Braziliense*, Seção Mundo, Brasília, 03.01.2010, p. 19.

de propósitos e condições estratégicas, inclusive o de mobilizar o Congresso norte-americano na aprovação de planos estratégicos mais abrangentes, como o *Cooperative Security Location*, na base aérea de Palanquero, para facilitar operações contingenciais, atuar como base logística, e facilitar o treinamento de militares da América Central e América do Sul. O propósito norte-americano balizado na nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de setembro de 2002 expressa, claramente, a convicção de que os grupos terroristas não podem ser apaziguados ou coibidos e que, portanto, devem ser eliminados. O terrorismo é apresentado pelo governo como uma enorme ameaça, presente em todas as partes, sob as mais variadas formas, pondo em risco a sobrevivência dos EUA e a da humanidade civilizada⁵⁹.

Não resta dúvida de que o diálogo com os Estados Unidos, e à sombra da segurança global, é um relacionamento complexo, mas não deve ser descartado da agenda internacional, uma vez que, como país hegemônico, exerce o poder diretamente sobre toda a comunidade internacional. Os EUA impõem as regras, exercem a soberania além de suas fronteiras, arrogando-se mesmo o direito de ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, através de formas de coação que vão da mais benevolente suscitação, passando pelas mais duras formas de pressão, até as modalidades de intervenção mais violentas, mesmo que no passado tenha sido assinado o *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance* (TIAR) e a Junta Interamericana de Defesa (JID). O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca foi assinado em 2 de setembro de 1947, visando ao fortalecimento da defesa mútua nas Américas. A Junta Interamericana de Defesa é um foro internacional integrado por representantes militares designados por seus Estados-membros para estabelecer metas para a defesa e segurança hemisféricas.

Os tratados como o TIAR e a JID são importantes para condicionar o preparo das forças armadas, mas os EUA, como país hegemônico, é quem dita as ordens, especialmente em se tratando de ameaças de maior vulto. No entanto, é preciso avaliar o grau de coalizão das esferas militares de cada país num contexto interamericano, e se os problemas são inerentes a elas, ou se perpassam pelas esferas policiais e de inteligência. Quais problemas são de ordem militar? As regiões fronteiriças amazônicas, o mar costeiro, o espaço aéreo, e circunstâncias operacionais que requerem capacidade técnico-profissional só disponível nas Forças Militares, incluindo-se o amparo legal.

No que se refere ao Brasil, os desafios contemporâneos que se apresentam pontuam a necessidade de um controle abrangente da região amazônica, nas esferas de meio ambiente, defesa civil, segurança, incluindo-se um Sistema de Proteção da Amazônia com a extensão, além fronteira, do Sistema de Vigilância da Amazônia. Estas são condições imprescindíveis para a garantia da ordem

⁵⁹ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. O Brasil Diante dos Desafios Internacionais em Segurança e Defesa, in: **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança** (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 2, Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, V Série, 2004, p. 15.

interna constitucional e legal, com mecanismos de defesa seguros, a fim de resguardar a soberania brasileira e solidificar a cooperação entre as nações vizinhas.

A deflagração de uma guerra no continente viria juntar-se a uma série de conflitos regionais, entre governos esquerdistas e populistas, movimentos sociais, um número incontável de rebeliões, boicotes, plebiscitos e debates políticos sobre a prevalência do Governo do Presidente Evo Morales na Bolívia, a perenização no poder de Hugo Chávez na Venezuela, o governo de Rafael Correa no Equador, dentre outros. Alia-se a esses fatos, a desigualdade nos padrões de distribuição de renda, que têm mantido boa parte dos cidadãos latino-americanos com um padrão de renda abaixo dos US\$ 100.00, tanto em relação aos campesinos bolivianos, que vivem com uma renda abaixo dos US\$ 1.00 ao dia; como o Equador e o Peru, que apresentam um quadro de pobreza endêmica, com um alto percentual de cidadãos migrando para os países europeus, especialmente a Espanha, em busca de melhores salários e condições de vida adequadas. O que se verifica, também, no Uruguai, é uma retração econômica, com estabelecimentos fechados, desemprego, ausência de perspectivas para os jovens, que encontram respostas para seus anseios de crescimento pessoal e profissional na imigração.

No Brasil, o quadro de violência no Rio de Janeiro, com os comandos do narcotráfico liderando um poder estatal, isto é um estado dentro do Estado, causa sérias preocupações às autoridades nacionais e internacionais, principalmente no cenário atual, em a cidade foi escolhida para os jogos olímpicos de 2016. A existência de bolsões de miséria, aliada ao baixo índice educacional de boa parte da população e outras tantas características da problemática brasileira comprometem a segurança do país, mas, evidentemente, não constituem problemas de defesa, onde o papel das Forças Armadas seria predominante. É necessário, no entanto, que o Governo propicie mudanças no sistema de defesa e segurança, com uma política efetiva, de atualização e adaptação do pensamento brasileiro, para essa nova realidade internacional, que requer uma estrutura de poder em todos os domínios das relações internacionais: o político, o militar, o tecnológico, o econômico e o financeiro. Essa estrutura enquadra-se no escopo de um ambiente internacional moderno, onde os atores emergentes reafirmam o seu papel político-estratégico.

O Brasil necessita cumprir seu papel de líder na América do Sul, e ter visão estratégica no campo de defesa e segurança, principalmente no que se refere às ameaças no chamado “arco amazônico”, onde se verifica uma série de atividades ilegais, ligadas ao narcotráfico e ao crime organizado, que demandam constante atenção das autoridades constituídas⁶⁰. O fato de o Brasil viver há 135 anos pacificamente com seus vizinhos, consolidando uma diplomacia de *peace*

⁶⁰ VIEGAS FILHO, José. Palavras por ocasião da abertura do Ciclo de Debates sobre o Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança, In: **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 1, Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 20.

keeping, não quer dizer que não se deva preparar suas forças militares para a defesa de suas fronteiras, de suas riquezas e da sociedade civil como um todo. É pouco provável que o Brasil venha a ter conflitos regionais ou internos, mas a ameaça terrorista existe, e os narcotraficantes agem subrepticiamente. No plano diplomático, apesar do quadro atual espelhar alguns contenciosos, com os países vizinhos, é pouco provável que a América do Sul venha a ser palco deste tipo de conflitos, em sua modalidade clássica, entre Estados e suas forças organizadas, embora possa sê-lo na modalidade irregular (guerrilha e outras práticas de violência, conforme evidenciado na Bolívia e na Colômbia), uma insurreição na Venezuela, ou a volta do conflito Peru-Ecuador.⁶¹ A assinatura de um acordo global de paz entre o Equador e o Peru foi realizada em Brasília, no dia 26 de outubro de 1998, eliminando o último importante conflito territorial na América do Sul com potencial fator desestabilizante para o continente. A culminação do Processo de Paz iniciado em 1995 pôs fim a diferendo que remontava ao período colonial e que motivara inúmeros conflitos e uma permanente rivalidade entre os dois povos⁶².

Para que exista paz é preciso que haja prosperidade, e isso não existe nas áreas fronteiriças, que são atrasadas, onde a população analfabeta é miserável, fazendo reinar a violência, a criminalidade, a impunidade. O Brasil tem 16,8 mil quilômetros de fronteiras com 10 países, mas somente três dos estados fronteiriços contam com um programa específico de vigilância na divisa: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Para que haja a presença do Estado nas regiões fronteiriças, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça espera receber o montante de US\$ 50 milhões em 2010, para dar início ao projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON), que estabelecerá convênios com todos os governos estaduais.

A segurança nas áreas fronteiriças é de vital importância para a segurança nacional, uma vez que é a rota de entrada de drogas e armamentos que abastecem os grandes centros urbanos. São 571 municípios fronteiriços, onde moram 10 milhões de brasileiros, que possuem índices de assassinatos maiores do que as demais 1.147 cidades nos respectivos estados, do ponto de vista jurídico, o homicídio não é um crime federal, mas pode ter vinculações com outros crimes, como o tráfico de drogas e o contrabando de armas. O PEFRON terá início no Estado do Paraná, onde grupos de 46 policiais e peritos vão trabalhar em turnos ininterruptos de 15 dias até serem rendidos por outra equipe. Os policiais e peritos contarão com o apoio de helicópteros, lanchas, carros especiais e o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), com lentes ópticas capazes de captar

⁶¹ FLORES, Mario Cesar. Uma Estratégia para o Brasil, in: **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 1, Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 29.

⁶² BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Ecuador, CEE, Revista Parcerias 6, <http://ftp.mct.gov.br/biato/pdf>, acesso em 18.10.2008, 13:05.

imagens em vôos em nível de cruzeiro (cerca de 10 mil metros de altura). Esses veículos são guiados por controle remoto, tem autonomia de 16 horas de viagem e vão ajudar a conter a entrada e a saída ilegais de bens e produtos do Brasil. Na divisa do Estado do Paraná está localizada a famosa tríplice fronteira, conhecida rota de contrabando de mercadorias falsificadas vindas do Paraguai. Em sentido contrário, fiscalizará a saída de bens e habitantes do país, controlará a biopirataria, especialmente nas fronteiras amazônicas, foco de comércio irregular de minerais, madeira, prostituição, turismo sexual, evasão de divisas e o aliciamento de trabalhadores rurais para o tráfico. Estima-se que deixem o país por ano pelas fronteiras brasileiras, 400 mil veículos roubados e furtados, 15 mil cargas roubadas de veículos, 125 mil apreensões de entorpecentes, 80 mil armas de fogo recolhidas, 33 mil pessoas desaparecidas. A maior parte das fronteiras do país, 9.523 quilômetros (56,42% do total), é de rios, lagos e canais. As fronteiras secas são de 7.363 quilômetros (43,58%)⁶³.

Com o objetivo de priorizar a cooperação e a conciliação faz-se mister considerar o papel das forças armadas numa sociedade capitalista, mas sem o ufanismo de investimentos maciços em armamentos. É preciso sim, dotar as forças armadas no Hemisfério Ocidental de aparatos tecnologicamente modernos, em que os militares possam atuar rapidamente em situações de agressão. Torna-se útil, também, pensar na participação dos países sul-americanos em operações internacionais de paz, ou em prol da estabilidade, ordem e direitos humanos. A ênfase deve ser colocada nas operações a nível regional num contexto sul-americano, prevenindo e controlando as ações ilegais ou irregulares (guerrilha), conflitos localizados, clássicos ou irregulares, terrorismo, com alta tecnologia naval, terrestre e aérea; com ampla mobilidade estratégica e tática.

Só se compreende o papel das forças armadas quando se sofre uma ameaça grave ou um ataque repentino. Em situações de pressões e agressões, é necessário um núcleo de choque (artilharia, blindados), unidades terrestres e anfíbias para operações especiais, capacidade de deslocamento estratégico com apoio logístico, o controle do mar em defesa do litoral e de interesses no mar costeiro e aviões de defesa aérea e de ataque, com tropas dotadas de armas fundamentais. Esse aparato requer políticas estatais dotadas de investimentos de longo prazo, de desenvolvimento tecnológico militar, com ganhos econômicos substantivos para a nação.

No passado, as forças armadas eram usadas num contexto internacional para invadir, tomar posse, reprimir e manter o controle da força de trabalho doméstica.

Como pontua Guimarães⁶⁴

⁶³ BRITO, Ricardo. Sem Verba para Proteger Fronteiras, artigo publicado no **Jornal Correio Braziliense**, Caderno 12, 20.12.2009.

⁶⁴ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma Estratégia Militar para o Brasil, In: **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 1, Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 39.

Do ângulo jurídico-institucional, o sistema mundial que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial concentrou o monopólio do uso legal da força no Conselho de Segurança das Nações Unidas e vem promovendo o desarmamento não só de armas de destruição em massa como de armas convencionais dos países periféricos, preservando para as Grandes Potências o direito de desenvolver todos os tipos de armamentos.

Configura-se uma concentração de poder tecnológico/militar por parte dos Estados Unidos, em primeiro lugar, como potência hegemônica, que se arroga o direito de intervir em qualquer nação, mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Existe uma dualidade neste contexto, uma vez que o tratado de criação das Nações Unidas não permite o uso da força, mas verifica-se uma expansão da área operacional da OTAN, com a criação de um verdadeiro exército às ordens do Conselho de Segurança.

O panorama que se apresenta é muito mais complexo. O estilo americano configura, num primeiro momento, uma negação da primazia do interesse nacional. As realidades da política de poder e as considerações relativas ao equilíbrio, tão evidenciadas pelo contexto bipolar da Guerra Fria e ressaltadas pela retórica internacionalista de Henry Kissinger, permaneceram no plano utópico. No entanto, o que se percebe é um discurso distinto da realidade de poder vigente na cena internacional.

As invasões americanas no presente não condizem com as diretrizes históricas de desenvolvimento enaltecidas pela Doutrina Monroe (1823) e a Doutrina Truman (1947). Nos dois casos, evidenciavam-se objetivos adequados ao interesse nacional, com um desejo de alcançar os seus vizinhos em parâmetros de democracia, cidadania e desenvolvimento.

A conjuntura internacional mostra-se insegura com a recuperação econômica dos Estados Unidos, e especula-se uma transição de hegemonias com o crescimento acelerado da China.

14. Conclusões

Passada a crise financeira e com a recuperação dos mercados, o pós-crise coloca em discussão a mudança do padrão monetário internacional baseado no dólar norte-americano, com a China promovendo a aceitação internacional de sua moeda mediante acordos de “Swap” especialmente na Ásia.⁶⁵ O que é necessário compreender é que as relações internacionais estão em fase de transição e que com a globalização, com a crise econômica mundial, o sistema político global transformou-se. Há uma perda rápida da condição de *hegemon* total por parte dos Estados Unidos, em decorrência do fortalecimento não só de grandes e médias potências, mas de fatos históricos novos que impõem uma nova lógica para as relações internacionais.

Na verdade, os limites da soberania dos Estados vê-se questionada no

⁶⁵ O Banco Central chinês já assinou acordos de *swap* de moedas no valor equivalente a US\$ 95 bilhões, inclusive um de US\$ 10 bilhões com o Banco Central da Argentina. Ver: COSTA, Darc, *op.cit.*, p. 12.

mundo atual, em que o poder do Estado dilui-se sob o impacto da integração dos mercados, dos fluxos mundiais de capitais, das alianças político-militares supranacionais⁶⁶, enclausurado em cimeiras, congressos, reuniões infundáveis, que o subjugam cada vez mais às potências superiores, sem dar-lhe voz, ou propiciar desenvolvimento real para a população.

A estabilidade geopolítica na Ásia vê-se constantemente abalada pela recusa da China Popular em aceitar a independência de Taiwan, pelas disputas lindeiras entre China e Paquistão, pelos temores de uma Índia que detém a energia nuclear, com o Irã calando a opinião pública com mão de ferro depois de eleições fraudulentas, negando a existência do Estado de Israel, financiando grupos terroristas e desestabilizando a ordem mundial com programas de beneficiamento de urânio; mostrando o esgotamento da “capacidade de governança”. O panorama mundial apresenta uma instabilidade vinculada à crise do capitalismo neoliberal, são tempos difíceis que demandam novas alternativas e parcerias.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS IMPRESSAS:

AMADO, André. Energia, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico).

BALASSA, Bela. Teoria da Integração Econômica, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1991.

BALDUÍNO, Luís Antonio. A Crise Financeira Internacional como Oportunidade para a Reforma da Arquitetura Financeira Internacional, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico).

BARKER, Sir Ernest. A Teoria Política Grega – Platão e seus Predecessores, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

⁶⁶ John H. Herz apresenta o Estado como herança de um passado histórico em vias de desaparecimento, sob o impacto da integração dos mercados dos fluxos mundiais de capitais. Herz focaliza os limites da soberania dos Estados e a sua submissão às alianças político-militares supranacionais, acentuando a permeabilidade das fronteiras nacionais às poderosas tecnologias bélicas da era nuclear. Herz, ao escrever no auge da Guerra Fria, sob o impacto da crise do Canal de Suez e da invasão da Hungria pelas forças do pacto de Varsóvia, ressalta a incapacidade do Estado de proteger o seu território da ameaça materializada nos mísseis balísticos, cuja alternativa seria ceder sua soberania, aninhando-se na proteção oferecida pela OTAN ou subordinando-se ao Pacto de Varsóvia, ver: Rise and Demise of the Territorial State, **World Politics**, 1957, in: Demétrio Magnoli. **Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas**, 2. ed. atual. e rev., Brasília: FUNAG, 2000, p. 85.

BAUMANN, Renato, CANUTO & GONÇALVES, Economia Internacional: teoria e experiência brasileira, Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 110.

BIJOS, Leila. A relação dos EUA com o mundo, Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário, Brasília: Fortium Editora, Vol. 2, Número 1, Janeiro/Junho 2007, p. 100-126.

BIJOS, Leila. Desafios do Terceiro Milênio: Agravamento das Ações Terroristas, in: Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário, Volume 1, Número 2, Julho/Dezembro 2006, Brasília: Fortium, 2007, p. 267-282.

BIJOS, Leila. Mulher e Desenvolvimento: O Programa de Microcrédito para as Mulheres no Setor Informal Urbano – 1980 – 2002 - Estudo de Caso: Brasil – Bolívia (Tese de Doutorado), Universidade de Brasília, 2005.

BIJOS, Leila. “A cooperação técnica internacional em sua nova dimensão triangular: Brasil-Japão-Países em Desenvolvimento”(Dissertação de Mestrado), (mimeo), Universidade de Brasília: 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina, 7ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.

CERVO, Amado Luiz. O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1886-1889), Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CHESNAUX Jean. A Ásia oriental nos séculos XIX e XX, São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

COSTA, Dar. América do Sul: Desenvolver é Desconstruir Assimetrias, texto acadêmico apresentado por ocasião da IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, 16 páginas.

DANTAS, Fábio Lafaiete. Origens das relações entre o Brasil e a China: a missão especial de 1879, Recife: Liber, 2006.

DUPAS, Gilberto, China: Dimensões Estratégicas (mimeo), Conferência China, Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FAWCETT, Louise. Exploring Regional domains: a comparative history of regionalism, International Affairs, 80 (3), 2004, p. 429-446.

FIORI, José Luís. Estados Unidos: O Mito do Colapso e os Limites do Poder, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico).

FLORES, Mario Cesar. Uma Estratégia para o Brasil, in: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 1, Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 27-38.

GILPIN, Robert. O Desafio do Capitalismo global, (tradução de Clóvis Marques), Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JABBOUR, Elias. China: Infra-estruturas e crescimento econômico, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2006.

JAGUARIBE, Hélio. Urgências e Perspectivas do Brasil, Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

MAGALHÃES, José Antônio F. de. Teoria Política, Brasília: Editora Vestcon, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas, 2. ed. atual. e rev., Brasília: FUNAG, 2000

MARTINS FILHO, Elias Rodrigues, do Comando do Exército, participante do 2º Painel da Reunião de Estudos: Operações de Paz (Brasília: 4.: 2005. IV Reunião de Estudos: Operações de Paz. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOSLEY, Paul. Microfinance and Poverty in Bolivia, The Journal of Development Studies, Vol. 37, No. 4, London: April 2001, p. 101-132.

NATHAN, Andrew J. e GILLEY, Bruce, Os novos dirigentes da China, Política Externa, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, pp. 14-38.

NEVES, Miguel Santo., A China como potência global emergente: vulnerabilidades, tensões e desafios, *Revista de Política Externa*, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, São Paulo: Editora Paz e Terra, pp. 7-21.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. O salto qualitativo de uma economia continental, *Política Externa*, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, São Paulo: Editora Paz e Terra, pp. 5-13.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia, Porto Alegre-Rio de Janeiro Ed. da Universidade/UFRGS – Editora Contraponto, 1999.

RAMOS, Leonardo, MARQUES, Sylvia Ferreira & JESUS, Diego Santos Vieira de. A União Européia e os Estudos de Integração Regional, Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio, 9ª edição, São Paulo: Adua-neiras, 1997.

RENOUVIN, Pierre. Historia de las relaciones internacionales. Madrid: Aquilar, 1964.

RUSSELL, Bertrand, Power: A New Social Analysis, Cambridge: Harvard University Press, 2001.

SANTOS, Eduardo dos. América do Sul, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico).

SAUER, ILDO e SEGER, Sônia. Energia: estratégia e poder, palestra apresentada na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3 e 4 de dezembro de 2009, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (texto acadêmico).

SCHURMANN, Franz e SCHELL, Orville. China Imperial, México: FCE, 1871.

SERRA, Eduardo Gonçalves. Considerações sobre os impactos da entrada na China na OMC, *Revista de Política Externa*, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, São Paulo: Editora Paz e Terra, pp. 39-48.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. UNASUL: a América do Sul e a construção de um mundo multipolar (texto acadêmico) apresentado por ocasião da IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Fundação Alexan-

dre de Gusmão e seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, 3 e 4 de dezembro de 2009.

SKIDMORE, Thomas E., SMITH, Peter H. *Modern Latin America*, 3rd Edition, Oxford University Press, Inc., Oxford: 1992.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. O Brasil Diante dos Desafios Internacionais em Segurança e Defesa, in: *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança* (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 2, *Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança*, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, V Série, 2004, p. 13-36.

VIEGAS FILHO, José. Palavras por ocasião da abertura do Ciclo de Debates sobre o Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança, in: *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil* (org. J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva), Vol. 1, *Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança*, Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 17-26.

WALTZ, Kenneth N. in KEOHANE, Robert O. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*, 2^a edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2002.

JORNAIS:

BRITO, Ricardo. Sem Verba para Proteger Fronteiras, artigo publicado no *Jornal Correio Braziliense*, Caderno 12, 20.12.2009.

QUEIROZ, Sílvio. Colômbia: Bombardeio Mata 18 Guerrilheiros, *Jornal Correio Braziliense*, Seção Mundo, Brasília, 03.01.2010, p. 19.

ACESSO À INTERNET:

BIATO, Marcel. O Processo de Paz Peru-Ecuador, CEE, *Revista Parcerias* 6, <http://ftp.mct.gov.br/biato/pdf>, , acesso em 18.10.2008, 13:05.

ELIZONDO, Marcelo, Director Ejecutivo de la Fundación Exportar, www.cotizaciónpesodolar.ar, acesso em 12/01/2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, WWW.mdic.gov.br, acesso em 12/01.2010.